



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**GABRIEL CATANI**

**O JORNAL NACIONAL DO SÉCULO XXI:  
MUDANÇA, ESTILO E NORMA**

**CAMPINAS  
2021**

**GABRIEL CATANI**

**O JORNAL NACIONAL DO SÉCULO XXI:  
MUDANÇA, ESTILO E NORMA**

Monografia apresentada ao Instituto de Estudos da  
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Linguística.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia Oushiro

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO  
FINAL DA MONOGRAFIA DEFENDIDA POR  
GABRIEL CATANI E ORIENTADA PELA PROF<sup>a</sup>.  
DR<sup>a</sup>. LIVIA OUSHIRO.

CAMPINAS  
2021

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

C28j      Catani, Gabriel, 1996-  
O Jornal Nacional do século XXI : mudança, estilo e norma / Gabriel Catani. –  
Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Livia Oushiro.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Sociolinguística. 2. Linguística - Mudança. 3. Norma linguística. 4.  
Linguagem e línguas - Estilo. 5. Telejornalismo. I. Oushiro, Livia, 1980-. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.  
Título.

Informações adicionais, complementares

**Palavras-chave em inglês:**

Sociolinguistics

Linguistic change

Standard language

Language and languages - Styles

Television broadcasting news

**Titulação:** Bacharel

**Banca examinadora:**

Livia Oushiro [Orientador]

Emilio Gozze Pagotto

Leila Maria Tesch

**Data de entrega do trabalho definitivo:** 19-01-2021



A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Monografia, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 19 de janeiro de 2021, considerou o candidato Gabriel Catani aprovado com nota máxima.

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Livia Oushiro**

Presidente da Comissão Julgadora

**Prof. Dr. Emilio Gozze Pagotto**

IEL/UNICAMP

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leila Maria Tesch**

CCHN/UFES

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria de Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem.

# Resumo

Este trabalho se enquadra no campo da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]) e trata da variação estilística (BELL, 2002, 1984) na fala de William Bonner, âncora e editor-chefe do maior telejornal do Brasil, o Jornal Nacional. Com vistas a identificar fenômenos linguísticos em variação na fala de Bonner, foi elaborado um *corpus* com a transcrição da fala do apresentador em 50 edições do Jornal Nacional exibidas entre os anos 2000 e 2019. Também foram anotados os trechos do telejornal (passagem de bloco, encerramento etc.) e as editoriais (ou “temas”) das matérias apresentadas. Posteriormente, foram codificadas todas as ocorrências de /r/ em coda silábica na fala do apresentador em três variantes: fricativas velares [x], fricativas glotais [h] e apagamentos (∅). Com o auxílio da linguagem de programação R (OUSHIRO, 2014; R CORE TEAM, 2020), foram realizadas análises estatísticas univariadas e multivariadas (regressão logística), que testaram correlações de natureza linguística (posição no vocábulo, tonicidade, contexto fônico, classe morfológica) e estilística (trecho, editoria, período). Os resultados apontaram para um aumento significativo da variante apagada em detrimento da fricativa velar, a partir de 2009, período após a criação do Projeto de Língua Falada, que tinha como objetivo a implementação de formas linguísticas mais coloquiais no telejornalismo da emissora (CASTILHO; GARCIA; ALMEIDA, 2015). Tendo em vista o processo de neutralização do (-r) (CALLOU; MORAES; LEITE, 1998; SCHWINDT; CHAVES, 2019), o aumento nos índices de apagamento no jornal pode ser considerado um indício de mudança da fala jornalística na direção da fala vernácula. A pesquisa reforça, assim, a possibilidade de se observar padrões linguísticos na fala pública de um único falante.

**Palavras-chave:** Sociolinguística; Linguística - mudança; Norma linguística; Linguagem e línguas - estilo; Telejornalismo.

# Abstract

This work falls within the field of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008 [1972]) and deals with stylistic variation (BELL, 2002, 1984) in the speech of William Bonner, anchor and editor-in-chief of the largest news program in Brazilian television, Jornal Nacional. In order to identify linguistic phenomena in variation in Bonner's speech, a corpus was built with the transcripts of the newscaster's speech in 50 editions of the Jornal Nacional aired between 2000 and 2019. Segments from the newscast (opening, commercial bumpers, ending, etc.) and the editorials (or "themes") of the news presented were also annotated. All tokens of coda /r/ in the presenter's speech were then codified as velar fricatives [x], glotal fricatives [h] or deletions ( $\emptyset$ ). With the aid of the R programming language (OUSHIRO, 2014; R CORE TEAM, 2020), univariate and multivariate statistical analyses (logistic regression) were performed testing correlations with linguistic (position, tonicity, phonic context, part of speech) and stylistic (segment, editorial, period) predictors. The results show a significant increase in /r/ deletion in detriment of the velar fricative variant, from 2009 onwards, after the creation of the Spoken Language Project, which aimed at implementing colloquial linguistic forms in the channels newscasting (CASTILHO; GARCIA; ALMEIDA, 2015). Taking into account the neutralization of (-r) (CALLOU; MORAES; LEITE, 1998; SCHWINDT; CHAVES, 2019), the increase in deletion rates can be considered an indication of a change in journalistic speech towards vernacular speech. This research thus reinforces the possibility of observing linguistic patterns in the public speech of a single speaker.

**Key words:** Sociolinguistics; Language change; Norm; Language styles; Television broadcasting.

# Lista de Figuras

2.1	Modelo de variação estilística proposto por Bell (1984). . . . .	21
3.1	Exemplo de transcrição realizada no ELAN . . . . .	29
4.1	Proporção das realizações de (-r) no <i>corpus</i> JN21. . . . .	37
4.2	Proporção de realizações de (-r) no Rio de Janeiro, por posição . . . . .	37
4.3	Proporção de ocorrências de (-r) por posição no item lexical . . . . .	38
4.4	Proporção de ocorrências de (-r) por tonicidade da sílaba. . . . .	40
4.5	Proporção de ocorrências de (-r) por trecho do telejornal. . . . .	41
4.6	Proporção de ocorrências de (-r) por editoria do telejornal. . . . .	44
4.7	Proporção de ocorrências de (-r) por ano da gravação do telejornal. . . . .	45
4.8	Proporção de ocorrências de (-r) por período da gravação do telejornal. . . . .	46
4.9	Proporção de ocorrências de (-r) por contexto fônico precedente. . . . .	47
4.10	Proporção de ocorrências de (-r) por contexto precedente anterior vs. posterior. . . . .	47
4.11	Proporção de ocorrências de (-r) por contexto fônico seguinte. . . . .	48
4.12	Proporção de ocorrências de (-r) por contexto fônico seguinte agrupado. . . . .	49
4.13	Número total de ocorrências de (-r) por classe morfológica. . . . .	50
4.14	Proporção de ocorrências de (-r) por classe morfológica. . . . .	51
4.15	Proporção de ocorrências de (-r) entre verbos e não verbos. . . . .	51
4.16	Proporção de ocorrências de (-r) em verbos no infinitivo no JN21. . . . .	53
4.17	Proporção de ocorrências de (-r) no JN21, exceto em verbos no infinitivo. . . . .	53

# Lista de Tabelas

3.1	Variáveis independentes analisadas no <i>corpus</i> . . . . .	30
3.2	Categorias utilizadas para classificação dos trechos no JN. . . . .	31
3.3	Categorias utilizadas na variável editoria e seus assuntos correspondentes. . .	33
3.4	Exemplos de trechos correspondentes às editorias anotadas. . . . .	34
4.1	Legenda dos níveis de significância . . . . .	55
4.2	Resultados do modelo de regressão logística multinomial, apagamentos. . . .	56
4.3	Resultados do modelo de regressão logística multinomial, fricativas velares. .	57

# Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>1</b>
1.1	Jornal Nacional . . . . .	3
1.2	Norma Linguística . . . . .	5
1.3	Estilo em Sociolinguística . . . . .	6
<b>2</b>	<b>Norma e Estilo</b>	<b>8</b>
2.1	Normatização da fala . . . . .	8
2.1.1	O Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada . . . . .	9
2.1.2	O Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro . . . . .	13
2.1.3	Língua Padrão como elemento político . . . . .	17
2.2	Estilo . . . . .	18
2.2.1	Diferentes perspectivas . . . . .	19
2.2.2	Estilo na fala pública . . . . .	22
<b>3</b>	<b>Métodos</b>	<b>28</b>
<b>4</b>	<b>Resultados</b>	<b>35</b>
4.1	Análises univariadas . . . . .	36
4.2	Análises multivariadas . . . . .	54
4.3	Discussão . . . . .	59
<b>5</b>	<b>Conclusão</b>	<b>64</b>
	<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>67</b>

# Capítulo 1

## Introdução

*Boa noite.* Assim começa um dos programas mais presentes na vida dos brasileiros. A abertura icônica do Jornal Nacional há décadas anuncia o início de um dos momentos mais sérios na programação televisiva diária. Sentados de frente para as câmeras, os âncoras do telejornal anunciam as principais notícias do dia, geralmente a serem exibidas após um intervalo comercial. Os apresentadores, então, se alternam para enunciar os textos que precedem reportagens ou mesmo noticiam, na íntegra, os fatos do dia. A fórmula, que se tornou recorrente e que foi até mesmo copiada por outros noticiários, se mostra bem sucedida, considerando os índices de audiência do programa. A aparente simplicidade e fluidez na veiculação das notícias, no entanto, é fruto de um processo contínuo de adequação do texto e da fala ao espectador.

Ainda que convenha a sensação de estabilidade, durante a sua existência, o JN (abreviação pela qual também é conhecido o Jornal Nacional) sofreu inúmeras modificações. Algumas são mais claras, como a mudança – não tão frequente – dos âncoras e do cenário. Outras são talvez menos perceptíveis, como a modificação das formas linguísticas utilizadas no programa.

Aryon Rodrigues (2002 [1968]) faz um resumo do que ele considera o cenário linguístico no ano de 1968, um ano antes da criação do JN:

A situação presente no Brasil, no que toca ao subsistema fonológico, se caracteriza [...] pela existência de vários padrões falados regionais, pela inexistência de um padrão falado nacional e pelo esforço de alguns eruditos, perfilhado por algumas instituições oficiais, no sentido de ver aceito um determinado padrão fonológico, pelo menos com caráter preferencial. (RODRIGUES, 2002 [1968], p. 20)

Nesse contexto, em 1969, nasce o Jornal Nacional, que tinha como uma de suas aspirações justamente sanar o “problema” da suposta inexistência de um padrão falado. A ideia, hoje concretizada, era criar um noticiário que atingisse todo o território nacional.

Enquanto, no português brasileiro, a escrita é regida por uma série de construtos normativos explícitos, quase sempre derivados do que pode ser chamado de Gramáticas Prescritivas (FARACO, 2008), no âmbito da fala, com a ausência de referências linguísticas mais legitimadas, nota-se uma tendência em se buscar exemplos linguísticos em instâncias de prestígio na sociedade, como a televisão. Desse modo, o telejornal da Rede Globo, maior emissora brasileira, figura atualmente como uma das principais referências televisivas, jornalísticas e linguísticas do país, sendo frequentemente evocado como exemplo de fala neutra e de português padrão (MENDES, 2006).

Desde 2009, contudo, o telejornalismo da Globo tem passado por reformulações relacionadas às formas linguísticas empregadas. Nesse ano a direção de jornalismo da emissora recomendou que os programas fossem mais “conversados”, mais “coloquiais”. O projeto, que ficou conhecido como Projeto de Língua Falada, foi desenvolvido com o auxílio da linguista Valéria Paz de Almeida, que trabalhou na tentativa de “simplificar a linguagem dos jornais” (CASTILHO; GARCIA; ALMEIDA, 2015).

Tendo isso em vista, a presente pesquisa elaborou um *corpus* com 50 edições do JN exibidas entre 2000 e 2019, batizado de JN21 (Jornal Nacional do século XXI). No *corpus* transcreveram-se as fala de William Bonner e de seus interlocutores, e codificaram-se os trechos do jornal (matéria, passagem de bloco, encerramento etc.), editoriais das notícias (economia, política, esportes etc.), bem como ocorrências do fonema /r/ em coda (como em “jornal” e “mulher”).

Assim, buscou-se analisar a variação estilística e seus efeitos na fala telejornalística, considerando o modelo proposto por Bell (2002, 1984). Para tanto, reuniram-se dados de realizações de (-r) correspondentes a um período de 19 anos, buscando observar possíveis mudanças linguísticas no jornal a partir das mudanças ocorridas na configuração do JN, bem como dos processos de mudança na realização do segmento /-r/ no Português Brasileiro. Ao final, constatou-se que houve mudança nas proporções de ocorrências (-r) na fala de William Bonner após a criação do Projeto de Língua Falada: os dados do período entre 2009 e 2019 apresentaram maior índice de apagamentos e menor índice de fricativas velares do que os dados do período de 2000 a 2008. A análise se volta, então, à descrição dos contextos linguísticos e estilísticos em que a mudança tem ocorrido.

A monografia estrutura-se da seguinte maneira: a seguir, apresenta-se uma breve introdução sobre elementos importantes para a pesquisa; no Capítulo 2 faz-se uma revisão dos congressos de língua falada no Brasil e de pesquisas que tratam de variação estilística, especialmente na fala pública; no Capítulo 3 apresenta-se a metodologia empregada para a elaboração do *corpus* utilizado e para as análises dos dados; no Capítulo 4 expõem-se os resultados obtidos na pesquisa

e as análises estatísticas realizadas; e no Capítulo 5 apresentam-se algumas conclusões pertinentes à análise e ao percurso feito.

## 1.1 Jornal Nacional

A partir de 1969, o Jornal Nacional tornou-se rapidamente o noticiário de maior audiência do país – posição que sustenta até hoje (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Com sua fundação, vinha a pretensão de se criar uma rede de televisão, conceito importado dos Estados Unidos. Assim, o novo programa teria um difícil objetivo: alcançar o país inteiro, a despeito das limitações tecnológicas da época (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Buscava-se dar destaque aos repórteres e às imagens transmitidas, na tentativa de desvincular a mídia televisiva dos moldes do rádio.

De acordo com o ex-editor do JN, Nilson Viana,

[o]s noticiosos de televisão nasceram submetidos ao esquema radiofônico. Eram um subproduto que o público via com certa curiosidade, mas com pouco ou nenhum interesse. Em termos de informação com alguma credibilidade, esses noticiosos ocupavam um modestíssimo terceiro lugar. Terceiro e último. Nos anos 1960, a palavra impressa exerceu um domínio hegemônico. Para os jornalistas não existia meio que fosse mais nobre, nem mais veraz. (SOUZA, 1984, p.147, apud (CARDOSO; CHINELATO; COUTINHO), 2013, p. 2)

O JN também já seguia diretrizes linguísticas explícitas: a proposta era noticiar com uma fala mais coloquial, evitando-se o rebuscamento característico dos outros jornais da época (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Pouco tempo após sua fundação, contudo, o diretor da central de jornalismo, incomodado com a atitude dos jornalistas de “reduzir o texto à sua expressão mais simples, banalizando o idioma e empobrecendo a linguagem” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 47), elaborou, juntamente com a editora-chefe do JN, um pequeno manual prescrevendo regras para a escrita dos textos jornalísticos. Segundo o diretor, “a preocupação com a linguagem coloquial não deve[ria] tornar o vocabulário pobre e vulgar” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 47). Dentre as orientações, destaca-se, por exemplo, a moderação no uso de plurais, “para evitar o chiado característico do sotaque carioca” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 47). Além de revelar a preocupação com variantes possivelmente estigmatizadas (como a realização de /-s/ como fricativa pós-alveolar [ʃ]), esse tipo de regra dá indícios da tentativa de construção de uma variedade padronizada do português brasileiro, idealmente compreendida e aceita por todos.

A “nacionalização” crescente do jornal, no entanto, trouxe alguns percalços. Nas transmissões, usos linguísticos relacionados ao sudeste transpareciam, como no caso de “tempo bom” e “mau tempo”, usados no JN, respectivamente, como sinônimo de “tempo ensolarado” e “tempo chu-

voso”, gerando reclamações de telespectadores nordestinos que, acometidos pelas secas, pensavam o contrário (MEMÓRIA GLOBO, 2004).

Nos anos 1980, com o fortalecimento das coberturas regionalizadas e com o surgimento de telejornais locais como o SPTV e o RJTV, noticiários transmitidos, respectivamente, na região metropolitana da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro, intensificou-se o treinamento dos profissionais de emissoras afiliadas, visando à manutenção do padrão estabelecido pelo JN. Funcionários das afiliadas eram enviados para o Rio de Janeiro, onde uma fonoaudióloga era responsável por “amenizar” as pronúncias que desviassem da “pronúncia-padrão do português falado no Brasil” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 87). Tal pronúncia se baseava nas determinações do Primeiro Congresso da Língua Falada no Teatro, congresso de filologia ocorrido em 1956, no qual se estipulou que a pronúncia do português brasileiro “seria a do Rio de Janeiro, com algumas restrições” – como no caso do /s/ e do /r/, que deveriam ser atenuados (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 87). No Capítulo 2, avaliam-se as ideias discutidas no congresso, considerando sua importância para a fala do JN.

Também na década de 1980, William Bonner começa sua carreira jornalística, atuando, inicialmente, como locutor da Rádio USP FM. Em 1985, o jornalista de Ribeirão Preto estreia como apresentador na TV Bandeirantes SP, até receber a proposta de editar e apresentar o noticiário SPTV da Rede Globo. Após sua contratação, Bonner trabalhou em diversos programas da emissora, como o Fantástico, o Jornal da Globo e o Jornal Hoje. Em 1996, Bonner e Lillian Witte Fibe tornaram-se os novos âncoras do Jornal Nacional, substituindo Cid Moreira e Sergio Chapelin. Em 1999, Bonner também passa a ocupar o cargo de editor-chefe do jornal (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Além de manter os dois cargos, em 2014, com os avanços do chamado Projeto de Língua Falada, Bonner passou a coordenar um grupo responsável pela discussão de “novos formatos” e “novas linguagens”. Em 2015, o projeto recebeu aprovação da direção de jornalismo da emissora, que determinou a vigência das mudanças para toda a Rede Globo (CASTILHO; GARCIA; ALMEIDA, 2015).

Apesar de seu sucesso indiscutível, mais recentemente o programa apresentou uma queda significativa de audiência. Becker e Alves (2015) observaram que no período entre 2000 e 2013 o jornal teve queda de cerca de 33% de audiência. Os autores também observaram que essa queda está relacionada ao desligamento de televisores. Considerando o aumento do uso da internet pelos brasileiros, parece razoável considerar que parte desses espectadores trocaram os televisores por computadores. De acordo com dados de ITU (2019), neste mesmo período, a quantidade de brasileiros usuários de internet foi de menos de 3% da população para mais de 50%.

Considerando essa grande queda em detrimento de novas tecnologias de informação, é de se esperar que a indústria televisiva tome atitudes tentando se manter relevante. O desenvolvimento do Projeto de Língua Falada parece estar alinhado ao que pode ser considerada uma estratégia de modernização do jornalismo televisivo.

## 1.2 Norma Linguística

A ambição de criar uma variedade unificada foi fator determinante na constituição do falar do JN. Nas ações da emissora, vê-se a tentativa de se estabelecer um padrão de língua falada. É sabido que os jornalistas são um dos responsáveis pela produção e disseminação da norma culta no Brasil, estabelecendo certos significados sociais com os quais ainda operamos, através de “um longo e laborioso trabalho discursivo” (PAGOTTO, 1998, p. 50).

Assim, o desenvolvimento do “dialeto” do JN não se distanciou do português falado por sujeitos letrados e em situações de maior monitoramento. De acordo com Faraco (2008), a relação da norma culta com as práticas da cultura escrita é responsável pelo seu prestígio social. Pode-se considerar, portanto, em conformidade com Memória Globo (2004), que o português do JN possui indissociáveis vínculos com a tradição escrita, carregando consigo um elemento de prestígio e uma tendência à padronização.

Segundo Faraco (2008), a busca por um padrão linguístico data do final do século XV, com o intento de se atingir uma unificação linguística nos extensos e diversificados estados-nação que se formavam. Para o autor, esse instrumento atenuador das diferenças linguísticas, por meio de instrumentos normativos, é chamado de *norma padrão*.

Rodrigues (2002 [1968]) atenta para o fato de que apesar da noção existente de que cada língua constitui um sistema de comunicação particular, delimitado por uma estrutura bem estabelecida, essa noção também é resultante de uma abstração: as línguas em si consistem num conglomerado de variedades. O autor opera uma distinção entre o que ele chama de *padrão ideal* e *padrão real*. O primeiro diz respeito a um imaginário correspondente ao esperado pela sociedade em uma situação linguística. Já o segundo advém do comportamento linguístico observável nos membros de uma comunidade. Dessa forma, o conceito de língua padrão enquadra-se nos moldes de padrão ideal.

Rodrigues aponta para a possibilidade de haver diferenças entre os padrões das modalidades escrita e falada. O autor destaca que “comumente o consenso sobre o padrão escrito é muito mais forte que sobre o padrão falado” (RODRIGUES, 2002 [1968], p. 14). Além disso, Rodrigues afirma que essas formas padrão podem não ser correspondentes a dialetos geográficos específicos, correlacionando-se, por exemplo, a estratos sociais. Para ele, o padrão ideal tende a corresponder

ao dialeto da classe de maior prestígio. Por outro lado, para **Bagno (2007)**, a norma padrão não seria propriamente uma variedade, mas sim um construto abstrato, que serve como referência para a uniformização. **Takahashi (2006)**, por sua vez, considera que essas normas emergem de valores em comum internalizados e observados por membros de determinadas comunidades. Num sentido amplo, elas seriam uma espécie de cristalização de costumes, crenças, práticas sociais características da comunidade. Para o autor, pelo seu caráter regular, essas normas são frequentemente associadas com variedades linguísticas padrão, já que nessas variedades as sanções costumam ser mais reforçadas.

### 1.3 Estilo em Sociolinguística

O axioma proposto por **Bell (1984)** parece ir de encontro com a noção de que o funcionamento linguístico se baseia em significados sociais definidos socialmente. No que chamou de Axioma do Estilo, o autor afirma que: “A variação na dimensão estilística dentro da fala de um único falante ecoa e deriva da variação que existe entre falantes na dimensão social” (**BELL, 1984**, p. 145, tradução livre)<sup>1</sup>.

O tratamento do estilo, também chamado de variação intrafalante, tem sido realizado de diferentes formas (ver seção 2.2) na sociolinguística, iniciando-se com **Labov (2006 [1966])**, que considerou a variação estilística como efeito do nível de atenção do falante à sua própria fala. **Bell (2002, 1984)**, posteriormente, desenvolveu um modelo para analisar situações linguísticas midiáticas, no qual passou a considerar importantes o papel do destinatário, a configuração enunciativa, dentre outros. Mais recentemente, destaca-se também o modelo conhecido como *Design* de falante (**COUPLAND, 2007; ECKERT, 2003**), no qual se considera a variação estilística como resultante do processo de constituição da identidade do indivíduo.

Diante do objeto em questão e do intuito de realizar uma análise quantitativa, utilizando uma metodologia clara e replicável, a escolha do modelo de *Design* de Audiência (**BELL, 2002, 1984**) parece a mais adequada na presente pesquisa. Considera-se, nesse projeto, que o uso do modelo laboviano (**LABOV, 2008 [1972], 2006 [1966]**) não se mostraria tão produtivo, já que, aparentemente, não há grande variação no nível de atenção que o âncora presta em sua própria fala no jornal. O uso do modelo de *Design* de falante (**COUPLAND, 2007; ECKERT, 2003**) também não parece tão apropriado, tendo em vista que a fala jornalística é quase sempre planejada previamente, consistindo numa leitura ao vivo de um texto escrito para ser lido em voz alta. Ainda

---

<sup>1</sup> No original (em inglês): “*Variation on the style dimension within the speech of a single speaker derives from and echoes the variation which exists between speakers on ‘social’ dimension.*”

assim, não se desconsidera aqui nem o nível de atenção à fala e nem o elemento de constituição identitária presente na fala do apresentado.

# Capítulo 2

## Norma e Estilo

Neste capítulo, trata-se brevemente da literatura pertinente ao desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, faz-se um resumo dos dois congressos de língua falada que de certo modo tiveram influência sobre as ideias normativas a respeito da fala padrão no português do Brasil, além de servir de base para as formas linguísticas reforçadas pelas políticas internas da emissora.

Em seguida, discutem-se as noções de estilo mais recorrentes na literatura sociolinguística, além de algumas críticas a cada um desses modelos. Por fim, apresentam-se alguns trabalhos nos quais se observaram fenômenos linguísticos em variação na fala pública de apenas um sujeito, através de uma perspectiva sociolinguística.

### 2.1 Normatização da fala

Dentre os esforços de normatização do Português Brasileiro, destacam-se dois congressos nos quais estudiosos da língua buscaram prescrever qual seria a pronúncia padrão na língua, a ser utilizada no canto e no teatro. O Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada (1937) e o Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (1956) podem ser considerados marcos na busca da normatização e da padronização da língua portuguesa no Brasil.

Apesar de sua pretensão e da influência que tiveram sobre a língua até os dias de hoje, os resultados dos congressos parecem ser desconhecidos para a maior parte dos brasileiros. Talvez a sua maior influência no falar contemporâneo seja através de seu uso como referência para as prescrições que nortearam a elaboração do falar telejornalístico. A seguir, explicam-se com mais detalhes os dois congressos. Apresenta-se uma breve discussão de suas motivações históricas e trata-se do teor das ideias discutidas e das conclusões a que os participantes chegaram nos eventos.

Do meio da arte erudita, especialmente no canto, impôs-se a necessidade de estabelecimento de regras visando a um padrão linguístico similar ao dos países europeus, sem se prender aos

usos de Portugal, considerados incompatíveis diante do que era tido como riqueza cultural nacional. Mario de Andrade se refere, de modo emocionado, até mesmo a fatores geográficos determinantes de diferenças culturais que, para ele, deveriam ser expressas na arte brasileira. A delimitação de uma língua nacional, apartada da língua de Portugal, se tornou, através de Andrade, interesse de Estado. Foi diante dessa premência que se organizou o Congresso de 1937, já de antemão com o projeto de sagrar fala carioca como a fala padrão da nação.

### **2.1.1 O Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada**

O Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada foi um evento de uma semana realizado pelo Departamento de Cultura de São Paulo nos dias 7 a 14 de julho de 1937, no Teatro Municipal da capital paulista. Segundo consta nos [Departamento de Cultura \(1938, p. 42\)](#), o evento tinha como objetivo “estudar a escolha duma língua-padrão a ser usada no teatro, na declamação e no canto eruditos do Brasil, bem como estabelecer normas para mais correta, fácil e artística emissão dos fonemas dessa língua-padrão no canto nacional”. Apesar do nome, portanto, nesse Congresso buscavam não só tratar da língua cantada, mas da língua nas artes.

No decorrer da semana, foram realizadas sessões plenárias nas quais os participantes se dedicaram à discussão do Anteprojeto de Língua Padrão, no qual, de acordo com a leitura de Mario de Andrade, na ata da sessão inaugural do congresso, é proposto que “a pronúncia carioca por muitas razões, seja usada como língua-padrão no teatro, na declamação e no canto eruditos do Brasil” (p. 8). Já no final da segunda plenária, no dia 8, a proposta do Departamento de Cultura é aprovada de modo unânime, ainda que notados “alguns defeitos deselegantes” (p. 12) da variedade, como “o r pouco perceptível á distância e o s chiado” (p. 12). Do segundo dia em diante, após as Plenárias, com discussões e propostas de modificação de minúcias no texto base, ocorreram sessões concomitantes, sendo elas divididas em sessões de Linguística e de Musicologia, nas quais eram apresentados trabalhos de congressistas.

O caderno de normas dos Anais de 1937 teve sua redação definitiva realizada no mês seguinte ao Congresso, por uma comissão encarregada não só da escrita, mas da modificação de elementos do Anteprojeto superados no evento. A Comissão era composta por três membros indicados pelo Departamento de Cultura: Antenor Nascentes, Luís Heitor Corrêia Azevedo e Mario de Andrade. No texto são formalizadas as determinações do Anteprojeto aprovadas e corrigidas pelas moções do Congresso.

Os autores comentam que foram retiradas as citações de autores estrangeiros, conforme decidido previamente. Contudo, consideraram necessária a incorporação de certas notas, cujas referências se localizam no final da introdução (p. 54): *O Linguajar Carioca (1922)* e *O Idioma*

Nacional, v. 4<sup>o</sup> (1933), do próprio Antenor Nascentes; Lições de Português (1934), de Sousa da Silveira; O Português do Brasil (1936), de Renato Mendonça; A Língua do Nordeste (1934), de Mario Marroquim; e Dialeto Caipira (1920), de Amadeu Amaral.

Nos anais do Congresso de 1937, o termo “língua padrão” aparece com certa frequência como a língua resultante da padronização normativa. Este significado é similar ao reportado por Faraco (2008), que traz um padrão de língua como instrumento que visa a atenuar diferenças linguísticas, fruto da tentativa de se atingir uma unificação nos estados-nação que se formavam no século XV. A intenção de romper com o regionalismo também era presente, mas se relaciona mais diretamente ao passado colonial brasileiro.

Após breve introdução, iniciam-se as disposições normativas gerais. Começam por delimitar quais são as vogais e consoantes da língua padrão. Apresentam 19 vogais, diferenciando, através de exemplos, as orais das nasais e as abertas das fechadas e das surdas (em posição átona). As consoantes somam 25, levando em conta 3 <R><sup>1</sup> distintos: vibrante alveolar surda, vibrante alveolar sonora e o que chamam de fricativa alveolar sonora. Nota-se, portanto, a preferência pelas vibrantes, variantes que mais tarde acabariam caindo em desuso (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996).

O <LH>, o <NH>, bem como dois <L> distintos, um classificado de fricativa lateral velar surda (exemplificado por “final”) e o outro como fricativa lateral alveolar sonora (com o ex.: “lilá”). Aparecem, também, variantes chamadas de “fricativas” das consoantes grafadas como <B>, <D> e <G>, seguidas de seus exemplos, respectivamente: “aba”, “ido” e “pago”. É importante notar que a imprecisão dessas prescrições fora considerada durante o congresso, quando se indicou a necessidade de criação de gabinetes de fonética experimental, na época inexistentes no Brasil (p. 15).

Seguem discutindo o tema das vogais, reforçando o uso das vogais fechadas, tendência que distinguiria a língua nacional da língua de Portugal no caso do pretérito perfeito simples (dizemos “cantâmos”, e não “cantámos”), e que a aproximaria das tradições do canto erudito europeu. Comentam, também, com diversos exemplos, a tendência presente na “linguagem brasileira” de se realizar o fenômeno atualmente conhecido como harmonia vocálica.

A seção seguinte trata de um dos “defeitos” da fala carioca mencionados no decorrer do Congresso, o “s chiado” (fricativa pós-alveolar surda). Atenta-se para a difícil emissão do fone em questão, bem como para a pouca clareza sonora decorrente da sua emissão, devido a ruídos espúrios. Afirma-se com tom grave: “Será esta realmente a única convenção musical recusadora dum fonema da língua-padrão, exclusivamente para o canto” (p. 65). A recomendação é: nesses

---

<sup>1</sup> O uso da notação “<” e “>” remonta ao texto original, bem como boa parte da terminologia aqui utilizada para descrever o sistema fonético da língua.

contextos, devem ser realizados “os próprios ruídos S e Z em seus valores de fricativas alveolares surda e sonora [...] sempre evitado porém qualquer excesso de sibilização” (p. 65).

Com relação aos regionalismos, “palavras regionais não generalizadas no país” (p. 68), permite-se sua pronúncia regional apenas nos casos em que servir para alguma “caracterização psicológica” (p. 68), sendo aí recomendada a paródia da pronúncia em questão. Nos outros casos, deverão ser obedecidas as regras da língua padrão. Os estrangeirismos, por sua vez, são ainda mais censurados:

São energeticamente repudiados do canto brasileiro todos os estrangeirismos de emissão e dicção musical, como as vogais mudas e as paragoges depois de l ou r portuguesas; o nasal francês, as consoantes duplas italianas; e ainda a emissão do rr forte nos grupos consonantais br cr dr fr gr pr e tr (brruto por bruto, tremer por tremer), á feição de cantores italianos quando maus. Serão também energeticamente repudiadas as falsificações de emissão para obter o timbre afroíânque ou dos cantores de tango argentino (p. 68).

Passam, então, para as disposições mais específicas e voltadas à música, retornando aos temas tratados acima. Reiniciam tratando das vogais, ditongos e hiatos com vagar, ilustrando as orientações com notação musical, de modo a evitar ambiguidades. Por fim, também de modo cuidadoso, dispõem sobre todas as consoantes previamente mencionadas. O normativo aponta para aspectos da pronúncia das consoantes a serem evitados. O fenômeno em que o <C> “na pronúncia inculta iniciando palavras, tende a amolecer” (p. 89), como em “guspe”, ao invés de “cuspe”, é rejeitado. Aceita-se, porém a suavização do <G> em palavras como “água”, como afirmam ser feito no nordeste do país, já que tal pronúncia melhoraria a emissão vocal, sob o princípio de que as consoantes são ruídos que podem prejudicar a musicalidade e “as vogais são na verdade os sons das palavras” (p. 63).

Sobre o <L>, condenam as trocas pelo <R> (rotacismos), como em “marvado, Zirda” (p. 89), como “caipirismo” (p. 93). Ainda sobre o <L>, outra pronúncia mencionada como defeituosa na fala carioca durante o Congresso, pronunciam-se categoricamente: “Nunca deverá se vocalizar (animau por animal) como, às vezes, na pronúncia inculta” (p. 89). Reiteram ainda, que “em final de palavra, cai invariavelmente entre os incultos e com frequência na linguagem desleixada. Esta facilitação de pronúncia deverá ser evitada em sua crueza popular” (p. 89). Atentam porém, para que, no canto erudito, evite-se a tendência contrária, de prolongação excessiva do segmento.

Sobre o <LH> e o <NH>, explicam que “não são exatamente dum grupo consonantal, já que as duas letras se fundem para a conformação dum ruído invisível” (p. 89). No caso do <LH>, falam das tendências, não toleradas, de vocalização (como em “bôia” e “bolha”) e a despalatalização (como em “coler” e “colher”).

O <R>, assim como o <L>, deve ser realizado sem “rolar excessivamente [...], dando-lhe valor gultural” (p. 91). Seria mais aceitável a omissão do segmento, ainda que em casos discretos, do que seu exagero. A pronúncia esperada seria um “r levíssimo, aproximadamente nulo” (p. 91). Esse apreço pela brevidade consonantal também pode ser explicado através do mesmo princípio que norteia a pronúncia do <G>: as consoantes exageradas quebram a musicalidade, já que as vogais são o principal elemento sonoro das palavras.

É interessante destacar, dentre as normas de pronúncia sobre o <S>, o seguinte trecho, por indicar a visão de seus autores sobre a existência prévia de um padrão: “embora o \_s com valor de j ou x da língua-padrão tenha sido recusado [...]” (p. 91, grifo adicionado). No trecho, subentende-se que, apesar das decisões tomadas no Congresso e do escopo relativo às normas discutidas no Anteprojeto de Língua Padrão, a fala carioca já constituiria uma variedade padrão, para a comissão redatora. Verifica-se, talvez até com mais clareza, o mesmo discurso, nas primeiras disposições sobre o <S>, mais acima, nas quais se afirma que esse seria o único elemento da língua padrão a ser rejeitado no canto erudito.

Em seguida, tratam do fenômeno de síncope de consoantes, como nos gerúndios “fazeno”, “comeno” e em palavras com ataque complexo, como “pade”, ao invés de “padre”. Para os autores, “[e]stá claro que esta tendência, quando não exigida pelo texto por efeitos de comicidade ou ruralismo, é evitada no canto erudito” (p. 92). Apesar de se referirem ao suposto fator cômico do modo de falar, e de até mesmo classificarem o fenômeno como “negrismo” (p. 92), afirmam contraintuitivamente: “dicções como quat(r)o, nêg(r)a, tam(b)em, com a consoante em parênteses dada muito diluída, quase irreal, ou mesmo inexistente numa vez em casos de alegros e prestos, acrescenta caracter nacional á voz e lhe facilita a musicalização” (pp. 92-93).

Tratam ainda das epênteses, que consideram uma tendência comum, até mesmo na fala de brasileiros cultos. Exemplificam extensivamente e recomendam ao cantor que aplique o fenômeno com “muita discreção [...], pois representa uma normalidade da linguagem nacional e uma das suas diferenças sensíveis em relação ao português dos Portugueses” (p. 93). Apesar de não muito clara, a razão para ser necessário tanto cuidado para o uso da epêntese, já que o documento normativo, defende, de certo modo, o valor da língua nacional, é interessante notar o modo com o qual se referem à língua falada pelos portugueses. Fazem questão de estar tratando do português dos portugueses (e, por oposição, não o português dos brasileiros) ainda que, em toda obra, evitem fazer referência à língua nacional como “português”.

Concluem o normativo com uma advertência: “A fixação destas normas não implica de forma alguma a fixação definitiva e irrecorrível da fonética da língua-padrão. Por isso mesmo foram elas chamadas normas e não leis” (p. 94). Sendo assim, reafirmam a necessidade comprovação

experimental, pautada em diversos momentos no Congresso. Aliás, essa crença pode ser tida como impulsionadora da moção (aprovada pelo Plenário) de que se realizasse, no Rio de Janeiro, um Segundo Congresso da Língua Nacional Cantada, até o ano de 1942, para avaliar a aplicação das normas aprovadas e fazer as revisões necessárias.

### **2.1.2 O Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro**

O Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro ocorreu no ano de 1956, em virtude das comemorações do decenário da criação da Universidade da Bahia. O evento aconteceu nos dias 5 a 12 de setembro de 1956, na cidade de Salvador. Tinha-se como objetivo do evento, aos moldes do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, o estabelecimento de normas para a fala nacional. O Congresso contava com uma comissão formada por gramáticos, atores, especialistas em artes cênicas e linguistas influentes, como Celso Cunha, Evanildo Bechara, Albino de Bem Veiga, Antônio Houaiss, Serafim Silva Neto, Carlos Henrique da Rocha Lima, além do filólogo e participante do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, Antenor Nascentes, como presidente.

Nos Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1958**), material redigido em 1958, no Rio de Janeiro, formalizam-se as discussões sobre a padronização normativa da fala voltada para o texto teatral. No documento, a língua é tratada mais diretamente como elemento de unidade nacional, e é destacada a importância da sua padronização para o uso no Teatro. Os debates se direcionaram para o estabelecimento de uma padronização normativa que considerasse a cultura brasileira em contraposição com a disseminação das artes estrangeiras que vinha ocorrendo no entretenimento da época. A discussão se forma a partir de acepções feitas justamente a respeito da dispersão das artes cênicas no Brasil na década de 1950, considerando a expansão de movimentos artísticos e a necessidade de se considerar o brasileiro na arte contemporânea nacional pensando, também, nos impactos de uma língua nacional padronizada que circule na imprensa e em outros lugares de influência. O material em questão se divide em três partes: a primeira, na qual se apresenta toda a comissão participante do Congresso; a segunda, em que as normas são discutidas tendo em vista o âmbito da cena teatral; e a terceira, em que se formalizam as normas e se apresentam aquelas que foram aprovadas.

Para a elaboração das normas, levaram-se em consideração algumas acepções linguísticas formalistas, atendo-se à regras posteriormente formuladas comumente conhecidas na literatura, juntamente com as seguintes considerações apresentadas no material:

- O congresso tem por objetivo recomendar:
- a) uma língua padrão para o teatro;

- b) uma língua-padrão da poesia para o teatro;
- c) critérios convenientes de interpretação dos aspectos dialectais da língua no teatro;
- d) critérios convenientes para a adoção e difusão dos seus padrões no meio teatral (p. 27).

Dentre as discussões feitas, Celso Cunha apresenta a problemática da falta de universalidade linguística no meio teatral. A língua portuguesa, segundo o gramático, é dita como um construto de “uma dialectalização que não parece tão variada, tão múltipla e secular quanto a que existiu e em muitos ainda existe em vários países da Europa” (p. 37). Sendo analisada desse modo, os argumentos para que o Congresso estabeleça uma norma não só no meio teatral passam a ser discutidos e embasados com a ideia de um “falar equidistante” dos dialetos brasileiros. Celso Cunha comenta:

O nosso Congresso, porém, creio eu, não aspira a servir tão-sòmente à língua falada no teatro. Ao contrário, aspira à língua falada culta no Brasil todo inteiro. Se chegarmos a um padrão culto aceitável para o teatro, êste se imporá por vir de consequência, ao rádio e à televisão, ao cinema e ao magistério, ao parlamento e à tribuna em geral. Em suma, a tôdas as categorias profissionais que fazem da técnica da língua uma como finalidade, ou pelo menos um instrumento cuja finalidade seja na medida do possível pan-brasileira. Assim como o Kings English na Inglaterra; e o Bühneausssprache na Alemanha (p. 38).

Para Cunha, portanto, a adesão a um padrão da língua nacional seria um processo gradual, e funcionaria nos moldes da padronização europeia. Entretanto, ao passo que é demonstrada essa aproximação com os normativos internacionais, tal qual no Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, o Primeiro Congresso da Língua Falada no Teatro propõe uma ruptura com as acepções redigidas anteriormente. Cunha defende que as regras propostas em 1937 não mais correspondem às possibilidades e necessidades atuais, devido à fluidez da língua portuguesa com passar dos anos:

[...] presidiu ao Congresso [Nacional da Língua Cantada] um espírito de compromisso demasiado forte entre o passado irrecorrível e irreversível. Os fatos, porém, se encarregaram de mostrar o contrário. Muitas tendências dialectalizantes, que pareciam fatalidade, eram ainda tão fracas de sustentação demográfica e cultural que puderam regredir (p. 38).

Mediante a divergência de ideologias entre as comissões de ambos os eventos, os Anais do Congresso Nacional da Língua Falada no Teatro (1958) posicionam o evento como promotor da construção de uma “cultura linguística” (p. 44) brasileira, de modo a promover um novo falar regrado e unificado, com caráter nacional, ainda se pautando pela tradição – talvez até mais que no

Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, onde se ressaltava a importância de metodologias experimentais.

Na direção oposta do “cientificismo”, Rocha Lima, em sua fala na Primeira Sessão Plenária, interpela “apaixonadamente o Criador de tôdas as coisas” (p. 42), para argumentar sobre a fundamentação do caráter da língua portuguesa como uma língua singular. Leem-se, também, no Anais de 1958, citações remetendo à Torre de Babel, reafirmando a ideia da possível unificação linguística. Conjectura-se, assim, sobre a existência de uma língua “universal”, singular e única, que todos os brasileiros poderiam falar, guiados pelos normativos formalizados no Congresso de 1956.

No capítulo “Padronização da Prosódia Brasileira” dispõe-se, mais claramente, sobre os modos de falar a serem admitidos como norma pelo Congresso. Em primeiro lugar, são discutidas as propriedades da língua nacional e seu caráter de regionalidades, admitindo, na discussão, a ausência de proximidade do português brasileiro com o português lusitano desde o século XIX e o declínio da influência europeia na fala brasileira. Esta visão já era presente no Congresso de 1937, como observam os autores no final do caderno de normas, comentando a consolidação da língua: “se acha[r] a língua nacional em fase incontestável de adolescência e desenvolvimento” (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 94). Tais afirmações são mais bem compreendidas levando em conta o processo de consolidação do português brasileiro no século XIX, fenômeno comentado por Pagotto e Duarte (2005):

O século XIX se apresenta como um turbilhão lingüístico, no qual, de um lado muitos dos dialetos no território brasileiro passam por um processo de contato e de auto-reconhecimento, especialmente na capital do Império, consolidando [...] a sua estrutura na direção do que viria a ser o português brasileiro moderno (p. 68).

Desse modo, entende-se que o Congresso de 1956 considerava não só questões de cunho formal na constituição da “língua universalizada”, mas também a identidade brasileira e o papel da língua na formação da nação. Apesar de se referirem à língua nacional como “português” (diferentemente do congresso de 1937), ainda é presente no Congresso de 1956 a discussão sobre “falar português” e “falar brasileiro”. Com essa discussão, há a ideia de uma língua com identidade brasileira intrínseca, passando pela cultura, pelo meio teatral, e como citado anteriormente por Cunha, com um caráter dispersivo, em vias de atingir todos os níveis de circulação (político, social, cultural, etc.). Apesar do fato de que, naturalmente, “os brasileirismos” estivessem presentes na fala brasileira, ainda havia, no teatro do século XX, o “esnobismo de falar obedecendo à prosódia portuguesa” (p. 126).

Após as discussões realizadas durante os oito dias do Congresso 1956, com a apresentação do contexto histórico e linguístico do Brasil, bem como realizadas, também, discussões sobre o caráter da língua a ser padronizada, aprovam, por fim, um conjunto de normas. Não se excluiu, ainda assim, a observação sobre a adequação, quando necessária, a dialetos regionais ou sociais. As normas acatadas foram divididas em seções de modo a explicar, como uma espécie de manual de língua para o teatro, o uso dos fonemas e da dita “prosódia brasileira”.

Para as vogais do português brasileiro, estabeleceu-se que deveriam ser sete vogais tônicas orais e cinco vogais tônicas nasais; as vogais nasais deveriam ser fechadas, assim como aquelas que antecedem consoantes nasais (pois tenderiam a ser nasalizadas); devem ser cinco vogais átonas orais e cinco vogais átonas nasais (e, aqui, colocam-se algumas exceções mediante a norma da língua portuguesa).

Para os ditongos, deveriam ser doze decrescentes tônicos, como em “pai”, “pau”, “mau” e cinco ditongos decrescentes tônicos nasalizados, como em “mãe”, “pão”, “põe”. Também reconheceram-se onze ditongos decrescentes pretônicos orais, como em “encaixar”, “noitadas”; dois decrescentes pós tônicos orais, em “amáveis”, “alcóois”; cinco decrescentes pretônicos nasais, como em “mãezinha”; e dois os decrescentes pós tônicos nasais, em “órgão” e “bagagem”. Observa-se que os ditongos nasais deveriam ser fechados. A norma também trata de tritongos e hiatos, que, por sua vez, devem ter a pronúncia do dialeto paulista.

As consoantes seriam todas “presentes” no português brasileiro, com adição da oclusiva pré-dorso pré-palatal sonora como em “dia”, “admoestar”, “medir”; oclusivas pré-dorso pré-palatal surda, como em “tia”, “atiro”, “sete”; vibrante apicoalveolar múltipla e vibrante dorsovelar múltipla, em “carro”, “corre”, “régua”; lateral linguoalveolar sonora relaxada “alto”, “mal” e “sal”.

A norma trata de explicar que não deveria haver a presença de vogais epentéticas em encontros consonantais, tais como “ritmo”, “apto”, “abdicar”. A inserção da vogal poderia, no entanto, ser feita em contextos como em “sob as brumas”. Explica também que as consoantes do tipo vibrante ([r]) podem variar em sua pronúncia, mas para casos em que houvesse um ambiente fonético precedido por uma vogal, o rótico retroflexo não deveria ser usado. Já o /s/ em coda poderia ser realizado surdo ou sonoro. Dito isso, notas-se que a norma, por fim, representa em parte o dialeto paulista da época, permitindo poucas variantes que também se contextualizam pela região paulista. Mesmo que o objetivo inicial fosse a inserção do padrão carioca-paulista, a padronização final acabou por contemplar uma versão do que seria o dialeto paulistano do século XXI.

### 2.1.3 Língua Padrão como elemento político

Percebe-se, através da escrita das normas e das moções aprovadas no decorrer do Congresso de 1937 (p.ex: pp. 46-48), uma espécie de exaltação do brasileiro (também chamado de "brasiliano"), bem como uma rejeição das influências externas diretas, ainda que haja certa tentativa de se espelhar um caráter de não-colônia enxergado nos países europeus (Itália, França, Alemanha). O corte das referências estrangeiras; a recomendação de que os professores de canto orfeônico, disciplina escolar obrigatória na época, fizessem os alunos exercitar, desde os primeiros anos, o canto em língua nacional; e até mesmo a substituição do item "k" pelo "l" no Anteprojeto, "por não existir a letra K na lingua nacional" (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 52) são indicativos dessa tentativa de afastamento.

De Luca (1998) defende que a emergência da questão da língua nacional ganha força, no começo do século XX, numa tentativa de rompimento cultural com o passado colonial e com a ex-metrópole (p. 287). A autora também afirma que Mario de Andrade, já em 1922, tinha intenções de elaborar uma gramática da fala, projeto abandonado, segundo ela, em 1929. Em suas anotações referentes ao projeto, lê-se que buscava escrever "brasileiro, sem por isso ser caipira, mas sistematizando erros diários de conversação, idiotismos brasileiros e sobretudo psicologia brasileira" (Andrade, 1958, p. 87 apud De Luca (1998), p. 283).

Além do estrangeirismo, Andrade buscara em sua obra, bem como no Congresso, apresentar oposição ao regionalismo. O autor chegou a dizer em carta para Drummond: "Não estou fazendo regionalismo. Trata-se de uma estilização *culta* da linguagem popular da roça, como da cidade, do passado e do presente" (Andrade, s.d., p. 72, grifo no original, apud De Luca (1998), p. 283, nota de rodapé). Serpa (2001, p. 75) também sustenta que, para Andrade, "os regionalismos perderiam o sentido na construção nacional unitária, articulada com o contexto internacional". No último trecho do caderno de normas, Andrade, Nascentes e Corrêia de Azevedo asseveram, enaltecendo o nacional: "O PRIMEIRO CONGRESSO DA LINGUA NACIONAL CANTADA exalta a pujança e riqueza da lingua nacional e lhe reconhece os direitos de vida e movimentos, que serão como a própria vida e os movimentos do Brasil" (DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1938, p. 94).

A forte presença de Mario de Andrade no evento parece transcender seu status de relator do Congresso e até mesmo de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo. O escritor não só é um dos que detêm a fala mais frequentemente, de acordo com as atas. Além de moderar os debates, Mario de Andrade basicamente conduz as plenárias decisivas. A influência da sua figura se torna clara quando Paula Barros pede que seja dado voto de louvor a Mario de Andrade, em nome da Academia Paraense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do seu próprio

nome. Andrade tenta se desvencilhar do elogio, direcionando-o ao Departamento de Cultura, mas Gomes Cardim intercede, ainda que diante de outros membros do Departamento, para que a homenagem fosse recebida pelo Diretor do Departamento de Cultura (e não pelo Departamento em si) – proposta acatada pelos congressistas, que ovacionam Andrade com palmas. A construção desse ideal de identidade e cultura brasileira pode ser vista como um elemento que remonta às ideias que embalsamaram a Semana de Arte Moderna de 1922, da qual Andrade fez parte.

Dado o embasamento oferecido pelas discussões apresentadas em 1937 e no Congresso de 1956, constata-se, afinal, que para o caráter da identidade brasileira permanecer na língua do Teatro, através de sua prosódia, seria necessário estabelecer um sotaque definitivo e unificado do português brasileiro. Baseando-se nas normas do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada (1937), o Congresso de 1956 decide, enfim, retificar a decisão tomada em 1937, na qual se optou pela adoção da fala carioca como a variedade padrão, alegando que “a prosódia resultante das normas recomendadas [...] é, por mais estranho que pareça, uma prosódia muito mais próxima da paulista que da carioca” (p. 139). Sugere-se, então, a partir de critérios como a “clareza na pronúncia”, e o compartilhamento de elementos linguísticos entre dialetos, que a melhor forma de padronização da língua seria baseada na “média das prosódias carioca e paulista” (p. 141).

Com o projeto de Juscelino Kubitschek que visava à construção de uma nação em 50 anos, pode-se compreender que se instaura novamente no Brasil uma intenção unificadora, juntamente com o debate sobre uma reconstrução nacional. A adoção de um certo padrão de fala no ramo teatral, ainda que não tenha sido geral, contribuiu para a formalização de um modo de falar que ainda hoje se perpetua, ainda que com certas modificações, no falar telejornalístico (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Além disso, com a incidência desses ideais normativos sobre os falantes, usos linguísticos específicos são reforçados ou reprimidos em sua dimensão social. Considerando o axioma do estilo de Bell (1984), no qual se afirma que a variação estilística seria derivada da variação existente na dimensão social, pode-se considerar que mudanças num cenário linguístico mais amplo são determinantes para a compreensão da variação intrafalante.

## 2.2 Estilo

O conceito de estilo é utilizado em diversas áreas com significados às vezes bastante distintos. A palavra advinda do latim, *stilus*, era usada para se referir a um instrumento de escrita utilizado geralmente para fazer marcas em tábuas enceradas. Tempos depois, o termo passou a ser utilizado para descrever um modo específico de escrever, abstratamente associado ao instrumento de escrita em si, e por conseguinte a modos diferentes de compor, pintar e outras ações diversas, como se vestir (MERRIAM-WEBSTER, 2020; MICHAELIS, 2015).

A compreensão de estilo na sociolinguística variacionista tem um significado um pouco diferente, no entanto. O termo é empregado para descrever a variação linguística que ocorre num nível intrafalante (em oposição a um nível interfalante). Desse modo, o estilo e a variação estilística não são compreendidos apenas como uma mera escolha linguística de um autor, mas sim um fenômeno diretamente associado ao sistema linguístico, tal qual a variação interfalante.

### 2.2.1 Diferentes perspectivas

Dentro da perspectiva sociolinguística, frequentemente destacam-se três diferentes noções de estilo (SCHILLING, 2013). A primeira é a visão de Labov, pioneiro no estudo desse tipo de variação com uma perspectiva quantitativa (LABOV, 2008 [1972]). A compreensão de estilo para Labov está diretamente associada ao nível de atenção que o falante presta à própria fala. Assim, em momentos menos formais, por exemplo, o falante tenderia a prestar menos atenção à própria fala, conseqüentemente produzindo formas linguísticas mais próximas do seu vernáculo, e em momentos de maior formalidade e maior atenção à fala, haveria uma tendência à produção de uma fala diferenciada, mais atenta ao que seria percebido como norma e ao modo prestigiado de falar, não necessariamente dominado pelo falante, tendo como resultado uma fala menos sistemática e sujeita a fenômenos como a hipercorreção.

Uma segunda visão é a proposta de Bell (1984), conhecida como *Design da Audiência*. Essa perspectiva sobre o estilo foi fruto da elaboração da tese de doutorado do autor, em que se estudou a variação na fala de um radialista em dois programas de rádio distintos, mas gravados no mesmo estúdio e em condições semelhantes. Ao observar diferentes usos linguísticos a depender do programa, Bell conclui que a fala do radialista varia em função do público a quem o narrador se dirige, à audiência. No modelo, sugere-se que a fala sofreria influências da audiência direta e até mesmo de ouvintes em potencial não ratificados pelo falante. Além disso, Bell também aponta para a importância da configuração na qual se dá a enunciação, do tópico abordado, e também do papel dos árbitros linguísticos, que também influiriam nas formas utilizadas pelo falante. A formulação do modelo de Bell, de certa maneira, formalizaria consigo uma crítica ao modelo de Labov, no sentido de questionar uma compreensão do estilo de maneira unidimensional, ou seja, apenas através de um *continuum* entre fala mais ou menos monitorada.

Em seu capítulo mais voltado à análise estilística, Labov (2008 [1972]) isola o que ele considera como diferentes estilos contextuais, segmentando os dados observados em cinco categorias, indo desde a fala casual (contexto A) até a leitura de pares mínimos (contexto D'), tido como o contexto mais distante e menos propício para a observação do vernáculo. No entanto, a forma com a qual o autor trata do estilo no capítulo parece bastante pragmática e mais relacio-

nada à operacionalização do que seria tomado como estilo do que com a definição de estilo em si. Mais adiante, Labov (2008 [1972], p. 208) parece deixar mais claro que a dimensão estilística não é necessariamente unidimensional, mas dependente do recorte feito: “existem muitos estilos e dimensões estilísticas que podem ser isoladas por um analista”<sup>2</sup>.

Pode-se considerar, nesse sentido, que apesar de estarem diretamente relacionados na visão laboviana, estilo e atenção à fala não são equivalentes. O grau de atenção seria um eixo que permitiria o estudo da variação intrafalante, mas não seria a única dimensão com significados associados a esse tipo de variação. Nesse sentido, a compreensão do estilo como a variação unidimensional nada mais seria do que uma aproximação técnica da variação intrafalante, permitindo ao pesquisador um melhor acesso ao objeto de estudo de Labov, a fala casual e vernácula.

Alguns dos elementos que mais tarde passariam a ser intimamente relacionados à variação estilística também já estavam presentes no trabalho do autor. Elementos que posteriormente se tornam caros a Bell (2002, 1984) são tidos como definidores prototípicos das variáveis sociolinguísticas. “Podemos definir uma variável sociolinguística como uma [variável] que está correlacionada com alguma variável não linguística do contexto social: do falante, do destinatário, da audiência, da configuração etc.” (LABOV, 2008 [1972], p. 237)<sup>3</sup>.

A terceira perspectiva, representada por Coupland (2007) e Eckert (2003), é conhecida como *Design* do Falante. Neste modelo, a variação estilística seria mais bem vista como uma série de atitudes linguísticas visando à constituição de *personae*, por parte do falante, do que uma adequação reativa à audiência ou a determinadas situações enunciativas. Para os proponentes dessa visão, o não reconhecimento da criatividade do falante seria um dos problemas do modelo proposto por Bell (1984).

As formas linguísticas empregadas estariam relacionadas diretamente à projeção e constituição ativa da identidade do falante em determinada comunidade. Os diferentes estilos produzidos e utilizados, portanto, estariam ligados a um processo constante de formulação e reformulação de significados sociais, modificando-os tanto para o falante quanto para a comunidade. Atrelada à perspectiva considerada como Terceira Onda da sociolinguística, a ênfase do modelo, portanto, está na construção de significados sociais nas comunidades de maneira dinâmica.

Bell (2002) comenta uma série de proposições sobre o estilo, tratando da sua visão expressa no seu texto seminal e de como vê a variação estilística a partir dos novos desenvolvimentos na área. A principal reformulação que o autor propõe, em relação ao seu modelo inicial, é o

<sup>2</sup> No original (em inglês): “There are a great many styles and stylistic dimensions that can be isolated by an analyst.”

<sup>3</sup> No original (em inglês): “We may define a sociolinguistic variable as one which is correlated with some nonlinguistic variable of the social context: of the speaker, the addressee, the audience, the setting, etc.”



**Figura 2.1** Modelo de variação estilística proposto por Bell (1984). Tradução livre.

aumento da importância da dimensão iniciativa do estilo, representada pelos árbitros e seu papel no *design* da fala. Apesar de já estarem presentes em Bell (1984), o autor propõe que esse funcionamento deve ser tomado de maneira tão importante quanto a audiência. Assim, o *design* da fala poderia se dar concomitantemente em função da audiência e em função dos árbitros, ou seja, terceiros que não necessariamente estariam presentes no momento da enunciação mas que têm influência nas formas linguísticas produzidas pelo falante.

Na Figura 2.1, o autor ilustra os fatores que influenciam a variação intrafalante. Enquanto os principais sujeitos responsáveis pela variação “reativa” na fala seriam os interlocutores diretos, a quem a fala se dirigiria mais diretamente, a variação na esfera “iniciativa” seria devida principalmente ao papel dos árbitros que podem pertencer ou não ao mesmo grupo do falante, e que produziriam efeitos independentemente de sua presença física na situação enunciativa.

Desse modo, Bell (2002) desvencilha-se da principal crítica à sua proposta. No artigo, o autor também relembra a importância de não tornar os modelos complexos demais, mantendo também a possibilidade de quantificação e de falseabilidade. Ao elaborar um modelo tão focado na descrição das categorias do sujeito, corre-se o risco de se perder qualquer nível de previsibilidade ou mesmo de explicabilidade dos fenômenos, tornando o modelo vítima, justamente, da volatilidade de ressignificação dos sujeitos.

Um questionamento que também pode ser feito às tendências mais recentes diz respeito a como a interação se daria, considerando o descompasso que haveria na interpretação dos signi-

ficados colocados em jogo nas situações interacionais. Se um falante específico, que se reformula tão dinamicamente, fosse o elemento central na definição dos significados sociais, a função comunicativa da linguagem acabaria comprometida. Bell (2002, p. 164) sugere: “Se um estilo particular pode ser usado para criar uma situação, como ele pode obter o significado que o faz ser utilizável para tal propósito? Eu sustento que ele ganha essa força de seu uso normativo em resposta a certos tipos de situação”<sup>4</sup>.

Há que se pensar também que o principal recurso com qual o falante operacionaliza sua identidade – o que pode ser tido como sua língua materna – não é tão instável e nem é definido em uma escala tão particular. O falante não escolhe a língua que adquire em sua infância e que, no geral, falará no seu cotidiano. Assim, a despeito de esforços posteriores, o sujeito é definido na sociedade e pela sociedade, na língua e pela língua, antes mesmo de adquirir sua variedade materna. De certo modo, ele está restrito a operar apenas com os conjuntos de significações relevantes ou mesmo existentes na cosmovisão da comunidade que integra.

Nesse sentido, a interpretação de Bell (2002) parece ser mais comedida, considerando também as influências do passado e, portanto, da história na constituição dos falantes. Bell (2002, p. 164) postula que “uma pessoa é mais do que um caleidoscópio de *personae* criadas em e por diferentes situações, eternamente em mutação, sem um núcleo estável [...] nós carregamos para o presente as formas do nosso passado, das nossas relações, do nosso ambiente”<sup>5</sup>.

Ao realizar esse exercício de divisão dos modelos de estilo, ainda que se faça como Schilling (2013), que atenta para o fato de que uma visão não exclui e não se separa diretamente da outra, produz-se a sensação de que cada uma dessas visões podem ser definidas por certas diferenças mais ou menos claras. Tais diferenças, no entanto, parecem ser, na prática, mais diluídas do que se costuma interpretar. Ainda assim, diante dos modelos expostos acima, o modelo de Bell (2002, 1984) parece ser o que mais se aproxima de uma conciliação entre a quantificação de dados e a análise qualitativa que a variação na fala pública de apenas um sujeito parece requerer.

## 2.2.2 Estilo na fala pública

Dentro dos estudos sobre variação estilística, destacam-se alguns estudos realizados com a fala pública de figuras proeminentes. Harrington, Palethorpe e Watson (2000) analisaram as vogais produzidas pela rainha Elizabeth II em suas transmissões natalinas anuais, entre os anos 1950 e

<sup>4</sup> No original (em inglês): “*If a particular style can be used to create a situation, how does it get to have the meaning that makes it usable for that purpose? I maintain it gets that force from its normative use in response to certain kinds of situation.*”

<sup>5</sup> No original (em inglês): “*a person is more than an ever-shifting kaleidoscope of personas created in and by different situations, with no stable core [...] we bring to the present the shapings of our past, of our relationships, of our environment.*”

1980. Na pesquisa, a fala da rainha foi comparada com gravações da fala de repórteres da BBC (emissora de televisão britânica) dos anos 1980.

Para tanto, consideram o trabalho de Wells (1997), que apresenta uma série de aspectos no Received Pronunciation – variedade considerada como padrão de fala britânico – que estariam em processo de mudança. Algumas dessas mudanças seriam advindas até mesmo do dialeto *cockney*, variedade londrina estigmatizada. Wells também já observara uma tendência de redução do uso explícito do RP na própria BBC em prol do uso de variedades tidas como mais regionais. O diretor da rádio da emissora na época teria sugerido que a variedade costumeiramente empregada estava atrasada em relação ao país e que estava começando a soar antiquada.

De acordo com Harrington, Palethorpe e Watson (2000), parte dessas mudanças nos usos teriam origem, justamente, em mudanças de atitudes em relação à hierarquia social britânica. Os falantes mais jovens e de classes mais baixas tenderiam a rejeitar o uso do RP pelo fato de associarem a variedade tida como padrão com as elites político-econômicas do país.

Ao final, os autores constatarem que houve mudanças significativas de pelo menos um formante em quase todas as vogais analisadas na fala da rainha. Nos gráficos apresentados, as vogais produzidas pela rainha nos anos 1980 ficaram num lugar intermediário, entre as suas produções dos anos 1950 e as realizações das repórteres da BBC nos anos 1980. Este resultado seria um indicativo de que a pronúncia das vogais faladas pela rainha mudou na direção de um dialeto associado a falantes mais jovens e em posições mais baixas da hierarquia social. Os autores, portanto, concluem que em 1980 a rainha havia deixado de falar o mesmo inglês real que falava em 1950, ainda que também não falasse o inglês *standard* da mídia britânica.

Essa influência da comunidade sobre a fala dos adultos seria ainda maior naqueles que não têm a defender um dialeto próprio, como a rainha. Ainda assim, os autores sugerem a improbabilidade em se manter variedades linguísticas inalteradas diante das influências da comunidade e das mudanças sociais que nela ocorrem.

Além de apresentar aspectos que estariam em processo de mudança no RP, Wells (1997) se propõe a oferecer algumas definições para o dialeto. O autor demonstra que, a depender do critério utilizado, as definições não necessariamente descrevem a mesma variedade. Assim, Wells (1997) também atenta para a variabilidade das variedades linguísticas, sugerindo que, independentemente do critério escolhido para a sua definição, dificilmente poderíamos considerar que o RP de cem anos atrás seria o mesmo de hoje em dia. Sendo assim, seria necessário, inclusive aos professores de inglês como L2, a atenção ao teor variável do dialeto tido como padrão.

Harrington (2006) dá continuidade aos achados de Harrington, Palethorpe e Watson (2000), investigando mais cautelosamente os possíveis efeitos da idade da rainha, em suas realiza-

ções fonéticas, especialmente nos schwas (/ə/), que não teriam sofrido mudança diacrônica no RP. Assim, observaram a fala da rainha num período de 50 anos, buscando também entender melhor em que medida a fala de adultos mudaria na direção das mudanças da comunidade.

Uma das dificuldades para a compreensão desse fenômeno, para o qual atenta, é a de obtenção de gravações de um mesmo sujeito em um longo período. O autor justifica a escolha dos dados para uma investigação longitudinal, reconhecendo que as gravações da rainha talvez sejam a única instância de gravação de alta qualidade de um sujeito falando com o mesmo intento anualmente durante um período de 50 anos, mais ou menos com o mesmo estilo de leitura.

Na análise que transcorre, o autor questiona a hipótese do período crítico de aquisição da linguagem (LENNEBERG, 1967), na qual se considera que a aquisição se daria apenas em determinado período da infância, tornando-se restrita após esse período. Esta é a hipótese na qual se baseiam, ainda que parcialmente, os estudos de tempo-aparente, que assumem que seria possível observar mudanças em curso a partir da análise da fala de sujeitos de diferentes idades, tomados como representantes de gerações ou de sincronias distintas. De acordo com o autor, estudos pautados na fonologia baseada no uso (BYBEE, 2001; PIERREHUMBERT, 2002, 2003, apud HARRINGTON, 2006) apontam para o fato de que haveria certa adaptação na fala adulta, considerando que a memória das palavras *tokens* que determinariam as realizações fonéticas poderiam ser alteradas por influência da comunidade.

Ainda que observadas mudanças nas realizações da rainha, não foi possível explicar satisfatoriamente o padrão de mudança nos formantes de /ə/ observados entre 1950 e 1990. Um dos revisores comenta que a mudança observada pode ser devida a uma mudança no estilo de fala da rainha, e não no dialeto real. O autor, no entanto, rebate afirmando que observou evidências contrárias, tal qual a hiper-articulação associada a estilos menos casuais, bem como a expansão do espaço vocálico, que indicariam que houve mudança fonética.

Harrington (2006) afirma também que a ideia da rainha introduzir mais variantes casuais em sua fala implicaria num certo grau de intenção, ou seja, que as mudanças na realizações encontradas em sua fala estariam sendo implementadas com propósitos específicos, como soar menos formal ou menor aristocrática.

Contudo, de acordo com o autor, para que uma mudança tão deliberada no estilo de fala tivesse algum efeito, ela deveria ser ao menos perceptível – do contrário não haveria motivos para modificar o estilo de fala. Assim, essa mudança deveria resultar em uma diferenciação mais clara entre diferentes variantes fonéticas. Harrington alega que esse tipo de modificação entre diferentes variáveis fonéticas não foi o que se encontrou no estudo longitudinal da fala da rainha. Ao invés disso, observou-se uma mudança fonética muito gradual durante um período de 50 anos. Para ele,

ainda que se pudesse demonstrar uma relação entre uma suposta diminuição na formalidade concomitante ao incremento da abertura das vogais década a década, o grau diminuto dessa mudança faria essa relação pouco provável. Apesar de significativa, quando comparando dados de 1952 com dados de 2002 por exemplo, as mudanças observadas foram sutis a ponto de não serem perceptíveis ano após ano.

**Harrington (2006)** sugere que algumas mudanças sonoras teriam uma influência gradual e até mesmo imperceptível nas categorias fonéticas dos adultos, conforme previamente proposto pelos neogramáticos. Segundo ele, essas modificações incrementais seriam também previstas em uma Teoria dos Exemplos sobre a percepção da fala, considerando que as categorias fonéticas de adultos poderiam ser atualizadas por traços auditórios de palavras *tokens* produzidas na comunidade e lembradas pelo falante. Ainda assim nem todas as mudanças se dariam dessa forma. Também é possível que grupos dentro da comunidade introduzam inovações sonoras que podem ser recebidas com resistência pelos membros da comunidade se as mudanças representarem uma grande mudança através de uma divisão de classe social. Segundo ele, muito provavelmente uma mudança diretamente associada com classes mais baixas seria rejeitada tanto pela rainha quanto por outros membros de classes mais altas, já que essas marcariam grandes modificações na direção de dialetos dos quais buscam se diferenciar.

Por fim, o autor propõe que talvez a mudança incremental observada nas transmissões natalinas diriam respeito a formas com pouco significado social. Assim, essas mudanças fonéticas não seriam sujeitas à introspecção; seriam como uma variação alofônica, não percebida pelos falantes até que por algum motivo se torne socialmente relevante. Mudanças em direção oposta às mudanças da comunidade podem estar, então, relacionadas com a tentativa justamente de se evitar determinado traço, mais marcado, relacionado a uma variante que apresenta um valor oposto àquele que a rainha pretende transmitir, como os associados ao cockney. Desse modo, a rainha soa menos antiquada, mas, ainda assim, distintamente de classe alta, diferenciando-se dos falantes de dialetos de menos prestígio.

A interpretação dos autores de que a mudança em falantes-chave de dialetos específicos é refreada parece se sustentar no caso de Bonner. Tal qual a rainha seria representante do dialeto real britânico, Bonner pode ser considerado um eminente representante de um dialeto telejornalístico, que por vezes é concebido como a variedade *standard* do português brasileiro falado.

Como um caso de variação entre diferentes variantes imbuídas de significado social, **Harrington (2006)** cita o estudo de **Hay, Jannedy e Mendoza-Denton (2010)**, no qual as autoras estudaram a variação na fala da apresentadora Oprah Winfrey a depender da etnia de diferentes árbitros linguísticos. Como Bonner, Winfrey pode ser tida como uma referência na mídia televisiva.

Na época das gravações, podia ser tida como a maior apresentadora diurna da televisão americana, assistida por milhões de telespectadores diariamente, além de ser uma das figuras públicas afro-americanas de maior visibilidade. Na pesquisa as autoras demonstram a aplicação do modelo de *design* de audiência considerando o estilo como uma maneira proativa de o sujeito utilizar seu repertório linguístico, de modo que sujeitos não presentes no contexto de enunciação podem influenciar as formas utilizadas pelo falante.

Mais precisamente as autoras observaram o fenômeno de monotongação de /ay/, traço relacionado à fala dos afro-americanos. Para garantir o controle da variável, as autoras selecionaram gravações nas quais a apresentadora se dirigia apenas à audiência, nos momentos que precediam a presença de um convidado do programa.

As autoras, então, observaram que a apresentadora alternava entre os usos mais típicos do inglês americano geral com os usos associados ao inglês afro-americano, privilegiando um dialeto com base na etnia do convidado que estava por vir, favorecendo a variante afro-americana quando o convidado – que ainda não havia entrado – era da etnia correspondente.

Essa variável foi mais determinante do que a frequência do item lexical, que também foi significativa em relação às realizações de /ay/. Ainda assim, considerando os resultados observados, as autoras sugerem que a análise de itens lexicais frequentes são a melhor forma de se observar o estilo de fala. Palavras frequentes apresentariam um bom contexto para a ocorrência de variação estilística, por serem facilmente processadas além de frequentes o suficiente para o estabelecimento de significados sociais.

Um fato interessante é que as autoras reportam a oposição explícita de Winfrey em relação à variedade afro-americana do inglês. Ou seja, ainda que a apresentadora condene publicamente determinada variedade linguística, reforçando, por oposição, uma outra, mais próxima do que pode ser tido como o inglês padrão, ela incide em comportamentos linguísticos que contrariam os valores que expressa de maneira mais consciente.

Esse pode ser um indicativo de que a marca do inglês afro-americano na fala de Winfrey pode não ser consciente. De qualquer modo as autoras alegam que em combinação com os outros usos da apresentadora, a monotongação pode estar relacionada a outro estilo, não necessariamente diretamente relacionado às duas variedades previamente mencionadas. As autoras indicam que o falante pode mudar do estilo normalmente usado para falar com seu interlocutor para um estilo relacionado a um árbitro externo.

Diante do conteúdo exposto neste capítulo, pode-se inferir que a variação na fala de um sujeito dificilmente poderia ser considerada aleatória. Além de ser guiada por construtos normativos originados em gerações passadas, as formas linguísticas parecem variar em relação a fatores

situacionais e relacionados aos significados sociais mobilizados pelo falante. É interessante observar que esses construtos normativos, apesar de exercerem uma influência relevante nas formas linguísticas utilizadas pelos falantes, não são imutáveis e tampouco determinam plenamente essas formas. Sua influência parece residir principalmente nos ideais linguísticos de correção, ainda que, tal qual observado por Wells (1997), o que se tenha como padrão não seja uma variedade definitiva.

Desse modo, nota-se que, até mesmo nas línguas com um dialeto padrão supostamente definido, seria praticamente impossível determinar um modo categórico e atemporal de se falar “corretamente”. Assim, o que é tido como forma padrão da fala parece estar mais próximo de se referir a um conjunto de formas linguísticas variáveis aceitas e vistas, em determinado momento, como corretas, do que de um conjunto de pronúncias e construções invariáveis e invulneráveis ao tempo. Fatores relacionados diretamente ao falante e à situação enunciativa parecem ter impacto direto nas formas linguística empregadas. Apesar da impossibilidade prática de se considerarem todos os fatores que determinariam o modo com que falam os sujeitos, o emprego de análises quantitativas parece ser capaz de apresentar, mesmo que parcialmente, as motivações associadas à variação e os significados sociais das formas em uso.

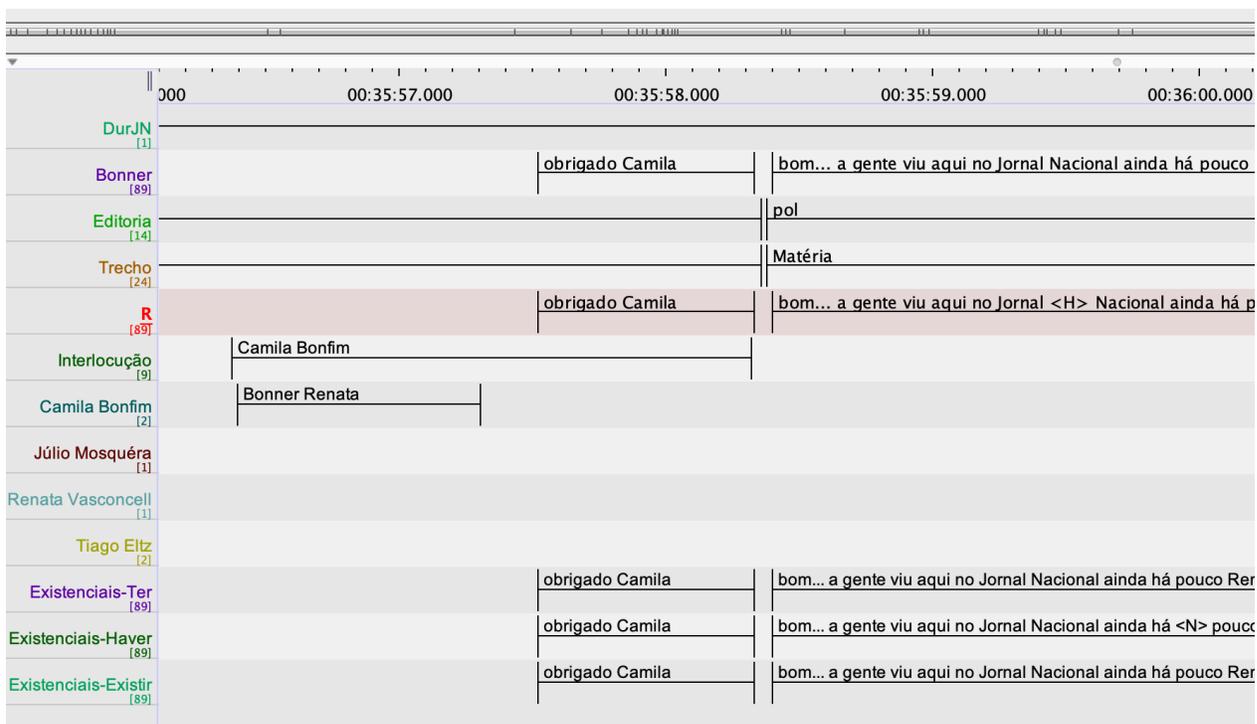
# Capítulo 3

## Métodos

O *corpus* JN21 é composto por 50 edições do Jornal Nacional apresentadas pelo âncora e editor-chefe William Bonner, entre os anos 2000 e 2019. Buscou-se transcrever 3 edições por ano, mas este número foi menor em alguns anos, a depender da disponibilidade do material, sendo que único ano sem nenhuma edição encontrada foi 2010. As edições têm em média 40 minutos e foram transcritas e codificadas no ELAN (BRUGMAN; RUSSEL, 2004), seguindo os padrões do Projeto SP2010 (MENDES; OUSHIRO, 2013). O ELAN (BRUGMAN; RUSSEL, 2004) é um *software* livre voltado para a transcrição de dados multimídia, permitindo que o texto transcrito e a mídia sejam alinhados no ato da anotação. As anotações podem ser realizadas em diferentes camadas, possibilitando compor um *corpus* com anotações estruturadas e facilmente exportáveis, auxiliando nas análises qualitativas e quantitativas (ver Figura 3.1).

Com o auxílio de *scripts* escritos em linguagem de programação R – linguagem de programação livre que provém um ambiente computacional voltado para computação estatística, gráfica e análises de dados em geral (HORNIK, 2018; OUSHIRO, 2014), foram anotadas e codificadas todas as realizações de /r/ em coda. Também estão anotados na transcrição os trechos do JN (ver Tabela 3.2), as editorias – ou “assuntos” – noticiados no programa (ver Tabela 3.3), os momentos de interlocução de Bonner com outros falantes (jornalistas e entrevistados) e a fala dos interlocutores nas suas respectivas interações com o âncora, com o objetivo de observar se há correlação entre a variável analisada neste projeto e o “tópico” da notícia ou o trecho do jornal, por exemplo.

A variável sociolinguística analisada neste estudo, a realização de /r/ em coda silábica, em palavras como “barco” e “velejar”, foi codificada junto à transcrição no ELAN em trilha própria, após a transcrição completa do *corpus*. Cada ocorrência foi ouvida e codificada, de oitiva, em três categorias principais: fricativa velar [x], fricativa glotal [h] e apagamento [∅]. Do total anotado,



**Figura 3.1** Exemplo de transcrição realizada no ELAN

foram retiradas as ocorrências duvidosas e ocorrência em palavras estrangeiras (menos de 3% dos casos), restando 2.856 ocorrências. Não foram observadas ocorrências de outras variantes de (-r), como o tepe ou a vibrante múltipla.

Os dados codificados foram extraídos para uma planilha, na qual os itens lexicais com ocorrências de /-r/, bem como o seu contextos precedentes e seguintes, foram transcritos fonologicamente, utilizando o *script* “silac” (OUSHIRO, 2018). Através da transcrição do silac, foi possível realizar a codificação automática da posição do /-r/ nos itens lexicais (medial ou final), a tonicidade da sílaba (átona ou tônica), o contexto fônico precedente (vogais a, e, ε, i, o, ɔ, u) e seguinte (consoante ou pausa). A variável classe morfológica das palavras contendo /-r/ foi codificada manualmente. A Tabela 3.1 resume as variáveis linguísticas e estilísticas analisadas no presente estudo. Nela também apresentam-se exemplos de realizações de /r/ em coda, correspondentes a cada variante.

Nesta pesquisa, é de especial interesse analisar fatores que podem levar à variação estilística na fala de William Bonner. A variável Trecho foi dividida nos segmentos diferenciados pela sua forma no Jornal. Não pareceu conveniente, no entanto, segmentar as matérias em categorias muito específicas, diferenciando, por exemplo, em notas narradas pelo âncora com o auxílio de imagens exibidas em oposição às notas apresentadas com a câmera filmando o apresentador. Fo-

**Tabela 3.1** Variáveis independentes analisadas no *corpus*.

Variável/Variante	Exemplo
<b>Classe morfológica</b>	
Adjetivo	“forte”
Advérbio	“perto”
Conjunção	“portanto, porque”
Numeral	“terceiro”
Preposição	“por”
Pronome	“qualquer”
Substantivo	“reportagem”
Verbo	“demarcar”
<b>Contexto fônico precedente</b>	
/i/	“vírgula”
/e/	“pergunta”
/ɛ/	“mulher”
/a/	“trabalhar”
/ɔ/	“melhor”
/o/	“conforto”
/u/	“cirurgia”
<b>Contexto fônico seguinte</b>	
Pausa	“chover #”
Oclusiva sonora	“argumento”
Fricativa labiodental	“surfista, intervalo”
/l, ʎ/	“escarlatina, beijar-lhe”
/m, n/	“afirma, perna”
/s, z, ʃ, ʒ/	“percurso, marcha, catorze, energia”
<b>Posição da sílaba</b>	
Medial	“acervo”
Final	“cantor”
<b>Tonicidade da sílaba</b>	
Átona	“formatura”
Tônica	“corpo”
<b>Ano de gravação</b>	
2000 a 2019	(Variável contínua)
<b>Trecho</b>	
Ver Tabela 3.2	
<b>Editoria</b>	
Ver Tabela 3.3	

**Tabela 3.2** Categorias utilizadas para classificação dos trechos no JN.

<b>Trecho</b>	<b>Definição</b>
Escalada	Trecho inicial, onde são narradas as principais notícias do dia
Matéria	Reportagem, notícia narrada pelo âncora no estúdio
Previsão do tempo	Trecho no qual informa-se a previsão do tempo
Passagem de bloco	Trecho que vem antes dos comerciais, narrando as próximas notícias
Link	Trecho em que o repórter ou apresentador aparece fora do estúdio, ao vivo
Encerramento	Trecho final, onde jornalistas se despedem
Outro	Trecho de fala que não estiver previsto nas categorias acima

ram diferenciados, no entanto, os *links*, segmentos em que o âncora parece ter mais liberdade para se dirigir diretamente a um outro jornalista ou a um especialista. Para a codificação dos trechos, foram utilizadas as categorias expostas na Tabela 3.2.

Posteriormente, foram classificadas as Editorias do jornal, que podem ser entendidas como a divisão temática das matérias apresentadas (BATISTA, 2015, p. 203). Apesar de os jornais apresentarem certas temáticas recorrentes, como “política”, por exemplo, há grandes divergências nas classificações utilizadas nos estudos sobre jornalismo e comunicação. Neste trabalho, optou-se, inicialmente, por uma classificação mais detalhada. Com vistas a não perder informações que pudessem ser importantes para a compreensão da fala telejornalística, foram empregadas categorias mais específicas – marcaram-se as matérias sobre futebol numa categoria distinta, por exemplo, ao invés de incluí-las na categoria “esporte”. Também foram utilizadas categorias específicas para classificar temas de destaque em determinadas edições, como a morte do papa João Paulo II.

Com essa análise, tornou-se claro que não há uma classificação temática fixa ou completamente precisa para o conteúdo transmitido. As classificações tratam por exemplo do teor urgente das notícias, dividindo-as entre *soft-news* e *hard-news*, respectivamente notícias “elaboradas” pelo repórter, com assuntos independentes de eventos específicos, e notícias prementes, sobre as quais os jornais se veem obrigados a fazer uma reportagem ou ao menos emitir uma nota – um terremoto muito destrutivo em algum lugar do mundo, por exemplo.

As divisões mais específicas aos temas vão de categorias mais facilmente definidas, como Economia – uma editoria na qual se trata de índices econométricos, cotações e notícias relacionadas ao mercado – até categorias nas quais se agrupam diversos temas sem muita formalidade, como Cotidiano, que poderia ser definido como assuntos amenos que impactam na vida dos telespectadores ainda que de maneira indireta, tratando de datas comemorativas, mudanças nos hábitos alimentares da população dentre outros. Enquanto algumas classificações parecem ser comuns a

diversos autores, como Política, Economia e Esportes, algumas categorias são menos utilizadas, como Agronegócios, Ciência etc.

Ao final, o uso dessas categorias editoriais parece fazer mais sentido quando atrelada a um objetivo, seja ele descritivo ou mesmo produtivo, auxiliando na elaboração de noticiários tematicamente equilibrados. Para os propósitos dessa pesquisa, a separação entre diversos temas menores pareceu interessante. Assim, assuntos que poderiam ser reunidos em categorias como “Ciência” foram separados em categorias mais específicas, como Saúde, Meio Ambiente, Agropecuária, Ciência e Tecnologia. Algumas dessas categorias foram utilizadas especialmente em uma edição no jornal, tornando possível analisar os dados de matérias que, de certo modo, se destacassem do conteúdo costumeiramente apresentado no jornal. Um exemplo disso foi o caso das matérias referentes à morte de Roberto Marinho, apresentadas por Bonner de maneira notavelmente emotiva. Posteriormente, no entanto, as categorias foram reagrupadas em grupos mais abrangentes, considerando suas afinidades. A Tabela 3.3 mostra as categorias utilizadas e os temas correspondentes. Já na Tabela 3.4, observam-se breves recortes do material transcrito, com vistas a ilustrar as editorias utilizadas.<sup>1</sup>

Essas variáveis foram analisadas estatisticamente usando a linguagem de programação R (OUSHIRO, 2014; R CORE TEAM, 2020), visando a potenciais correlações com a pronúncia variável de /r/ em coda. Inicialmente se realizaram análises para cada variável independente e, em um segundo momento, desenvolveram-se modelos multivariados, em análises de regressão logística. Todas as análises foram realizadas considerando valor  $\alpha = 0,05$ .

---

<sup>1</sup> Considerando o propósito da Tabela 3.4 – exemplificar as editorias – optei por expor trechos prototípicamente associados às categorias, em detrimento de trechos que necessariamente apresentassem a variável (-r). Reitero que ocorrências de /r/ seguido de vogal (/r/ em ataque) não foram utilizadas nas análises apresentadas nesta produção

**Tabela 3.3** Categorias utilizadas na variável editoria e seus assuntos correspondentes.

<b>Editoria</b>	<b>Assuntos correspondentes</b>
<b>Ciência</b>	
Agronegócios	Gado, agricultura
Meio ambiente	Ecossistema, fauna, flora
Ciência e tecnologia	Pesquisa científica, computação
Saúde	Doenças, vacinas, epidemias
<b>Desastres</b>	
Desastres	Desabamento, incêndio florestal
<b>Diversos</b>	
Diversos	Religião, comportamento
Obituários	Notas e reportagens sobre óbitos
<b>Economia</b>	
Economia	Índices, inflação, cotações
<b>Eleições</b>	
Eleições	Cobertura de eleições
<b>Especiais</b>	
JN50 anos	Especial 50 anos do JN
Morte do Papa	Cobertura da morte do Papa J. Paulo II
Morte Roberto Marinho	Cobertura da morte de R. Marinho
<b>Esportes</b>	
Copa do mundo	Copas do mundo de futebol
Esportes	Esportes (exceto futebol, Pan e Olimpíadas)
Futebol	Futebol (exceto Copa)
Olimpíadas	Jogos Olímpicos
Pan-Americanos	Jogos Pan-Americanos
<b>Outros</b>	
Indefinidos	Sem informações suficientes, notícia cortada
Interno	Noticias internas sobre a programação do canal
<b>Política</b>	
Politica nacional	Corrupção, CPI, legislação, julgamentos
Politica internacional	Fatos políticos que envolvam outros países
<b>Violência</b>	
Segurança pública	Policial, crimes sem motivação política clara
Violência política	Crime com motivos políticos claros
Violência política internacional	Guerra, terrorismo, assassinato político

**Tabela 3.4** Exemplos de trechos correspondentes às editoriais anotadas.

<b>Editorial</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Agronegócios</b>	“[...] ajudaram o país a aumentar a produção de carne”
<b>Meio ambiente</b>	“[...] pra fazer um alerta sobre o aquecimento global”
<b>Ciência e tecnologia</b>	“os tripulantes da estação internacional fizeram hoje uma [...]”
<b>Saúde</b>	“[...] os laboratórios farmacêuticos estão autorizados a aumentar”
<b>Desastres</b>	“[...] notícias sobre a descoberta de mais destroços do Airbus”
<b>Diversos</b>	“a liquidação especial no comércio foi importada dos Estados Unidos [...]”
<b>Obituários</b>	“astro do críquete provocou uma comoção enorme hoje nos países [...]”
<b>Economia</b>	“o Índice de Preços ao Consumidor foi pressionado pelos combustíveis [...]”
<b>Eleições</b>	“os candidatos vão começar a chegar aqui ao Projac nos próximos [...]”
<b>JN50 anos</b>	“entregar o Jornal Nacional toda noite certinho dá muito trabalho [...]”
<b>Morte do Papa</b>	“o Papa lutava pela vida \ apesar das sequelas do atentado [...]”
<b>Morte R. Marinho</b>	“Roberto Marinho era um imortal \ não só porque [...]”
<b>Copa do Mundo</b>	“quem acordou cedo pra assistir ao jogo não se arrependeu”
<b>Esportes</b>	“[...] em Vitória o tetracampeonato do circuito mundial de vôlei de praia”
<b>Futebol</b>	“Lenny sofreu pênalti de Lauro \ Carlos Alberto diminuiu”
<b>Olimpíadas</b>	“[...] das Olimpíadas de Sydney quando {R.} perdeu o ouro”
<b>Pan-Americanos</b>	“[...] emoções fortes pro Brasil nos jogos Pan-Americanos”
<b>Indefinidos</b>	“testemunhas afirmaram que o (xxx)”
<b>Interno</b>	“o Globo Repórter de hoje investiga [...]”
<b>Política nacional</b>	“o pedido de abertura do processo de impeachment [...]”
<b>Política internacional</b>	“China e da Rússia pretendem conversar separadamente [...]”
<b>Segurança pública</b>	“ele vai responder em liberdade por furto qualificado”
<b>Violência política</b>	“quando os jovens passaram a atacar um boneco inflável [...]”
<b>Violência pol. internac.</b>	“a guerra civil na Síria se transformou na maior crise [...]”



Mais propriamente, no Português Brasileiro, os róticos aparecem na forma do *tap* [r], da vibrante [r], fricativas [x, ɣ, h, fi], aproximante [ɹ] e retroflexo [ɻ] (OUSHIRO, 2015; SCHWINDT; CHAVES, 2019). Para o dialeto carioca, variedade da qual os usos linguísticos de Bonner mais parecem se aproximar (apesar de sua origem paulista), Callou, Moraes e Leite (1998) citam as vibrantes alveolares [r] e uvulares [ʀ], fricativas velares [x] e glotais [h], *taps* alveolares [r] e apagamentos (∅), sendo as realizações velares e aspiradas, além do apagamento, as três variantes mais comuns, de acordo com (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996).

A partir da observação da fala no Brasil, constatou-se que a variação entre essas formas poderia representar um processo de mudança no seguinte sentido: [x] → [h] → ∅ (CALLOU; MORAES; LEITE, 1998, 1996; SERRA; CALLOU, 2013). Desse modo, Callou, Serra e Cunha (2015) apontam que seria possível antever o final do processo de mudança da pronúncia do R em coda final em alguns dialetos: a perda total, ou seja, o apagamento categórico do segmento. Segundo Schwindt e Chaves (2019) o enfraquecimento ou apagamento de codas consonantais não é incomum em outras línguas. Esse fenômeno seria especialmente presente nas línguas românicas.

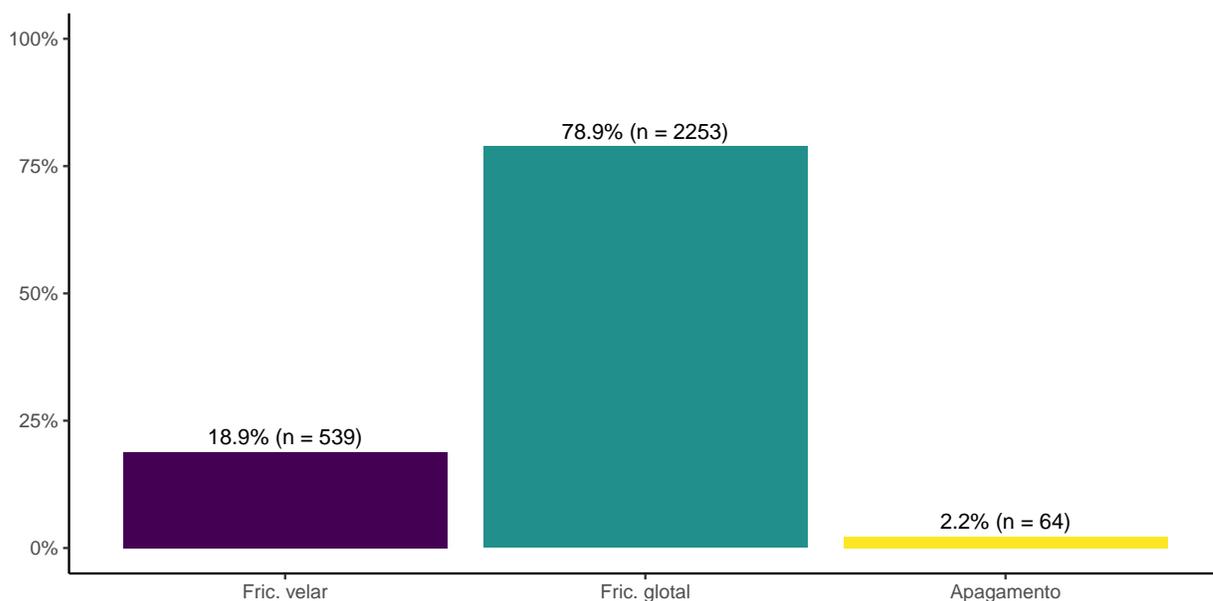
Callou, Moraes e Leite (1996) e Serra e Callou (2013) relatam que, no Português Brasileiro, o apagamento do rótico em coda final não é um fenômeno novo, tendo seu uso reportado já em meados do século XVI. Desde então, explicitava-se o julgamento de que a variante apagada seria um elemento típico dos falares não cultos, relacionado-se, inclusive, à fala dos escravos.

#### 4.1 Análises univariadas

Conforme apresenta-se na Figura 4.1, a proporção geral de ocorrências de (-r) observadas no *corpus* foi de cerca de 79% de aspiradas, 19% de velares e 2% de apagamentos. A seguir, analisam-se com mais detalhes essas ocorrências, considerando sua relação com variáveis independentes pertinentes, exemplificadas na Tabela 3.1.

De acordo com Callou, Serra e Cunha (2015), a posição do /-r/ no vocábulo, medial ou final, é um fator determinante para a realização ou não do segmento rótico. Callou, Serra e Cunha (2015, p. 200) afirmam que “os estudos sobre o fenômeno apontam a necessidade de se considerar separadamente o comportamento do R em coda medial e em coda final.”

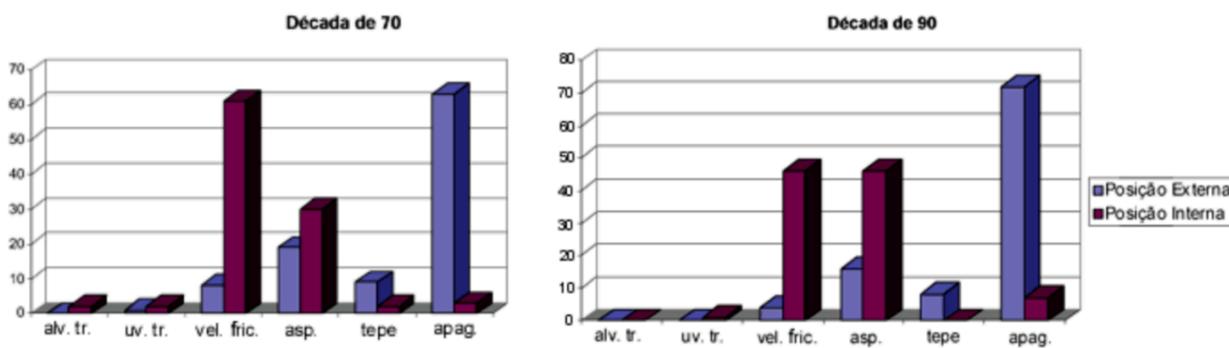
Callou, Moraes e Leite (1998), por exemplo, analisaram dados relativos aos anos 1970, do Projeto NURC, contrapondo-os a dados relativos aos anos 1990. Nos resultados globais de 1970 (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996), considerando realizações de falantes de cinco capitais (Rio de Janeiro, de Porto Alegre e São Paulo, Salvador e Recife), observaram-se 37% de apagamentos em posição final e apenas 3% em posição medial. No RJ, o índice de apagamentos do /r/ em coda



**Figura 4.1** Proporção das realizações de (-r) no *corpus* JN21.

final foi de 47%, contra apenas 3% em coda medial. O efeito da posição também foi observado globalmente nas fricativas velares: 31% em posição medial contra 11% em posição final.

De acordo com [Callou, Moraes e Leite \(1998, p. 63\)](#), o fator posição no vocábulo foi “o mais significativo de todos”. Tendo em vista que as ocorrências de apagamento são muito mais frequentes em posição final, os autores sugerem que não se deve perder de vista a distinção entre estes dados ([CALLOU; MORAES; LEITE, 1998; CALLOU; SERRA; CUNHA, 2015](#)).

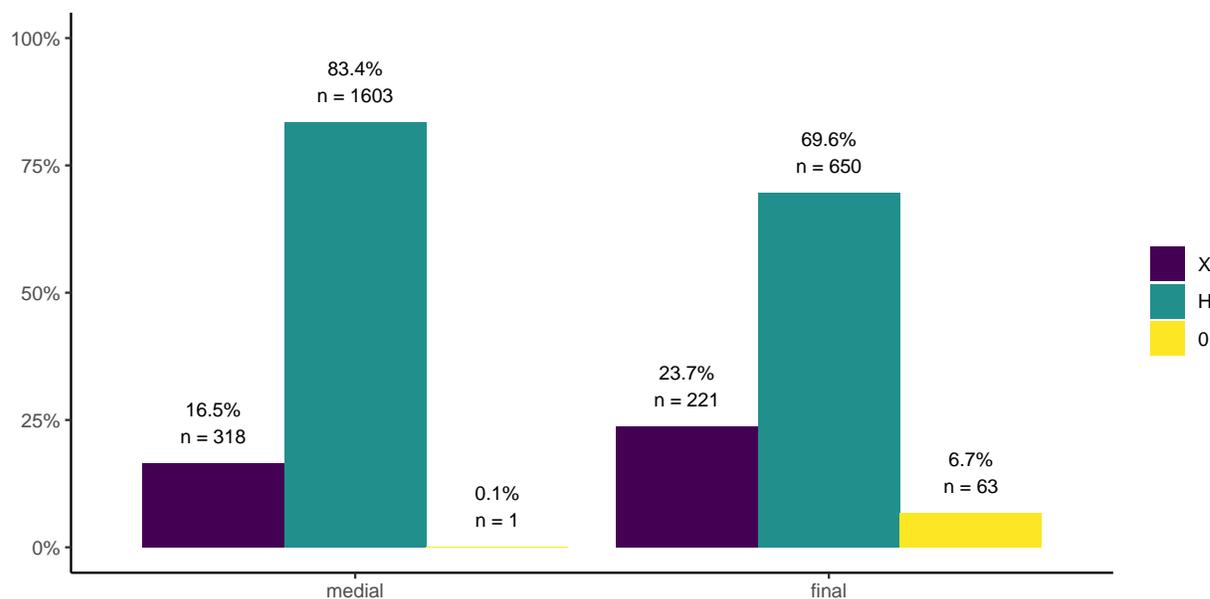


**Figura 4.2** Proporção de realizações de (-r) no Rio de Janeiro, por posição. Adaptado de [Callou, Moraes e Leite \(1998\)](#).

No Figura 4.2 apresenta-se uma adaptação de dois gráficos apresentados por [Callou, Moraes e Leite \(1998\)](#), respectivamente para as décadas de 1970 e 1990. Para evitar uma leitura

errônea, deve-se atentar para o fato de que os gráficos não apresentam a mesma escala, já que o eixo vertical do gráfico à esquerda vai de 0% a 70% e o da direita chega a 80%. Ainda assim, pode-se observar que, em ambas as décadas observadas, os apagamentos constituem a grande maioria das ocorrências em coda final (barras roxas). Observa-se, aliás, um ligeiro aumento dos anos 1970 para os anos 1990, indo de cerca de 60% para cerca de 70%. Em posição medial, no entanto, vemos o que pode ser tido como um indício de mudança: as fricativas velares, que antes totalizavam praticamente o dobro das realizações aspiradas, sofrem queda de cerca de 20%, enquanto as aspiradas sofrem um aumento de 10%, de modo que as duas totalizam cerca de 40% das realizações de /r/ em coda medial. Há também um ligeiro aumento das ocorrências de apagamentos em posição medial, que, ainda assim, somam menos de 10% dos casos. Já as aspirações em contexto final parecem ter se mantido estáveis no período, totalizando cerca de 15% dessas ocorrências.

Nos dados de Bonner analisados nesta pesquisa (Figura 4.3), percebe-se uma clara diferença em relação às proporções observadas previamente na fala culta (CALLOU; MORAES; LEITE, 1998).



**Figura 4.3** Proporção de ocorrências de (-r) por posição no item lexical.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.

Observou-se uma forte preferência pela aspiração em ambas as posições, totalizando cerca de 83% das ocorrências em posição medial e quase 70% em posição final. Quando se observam, no entanto, os dados de 1990 em posição medial, onde há a maior frequência de aspirações nos dados de Callou, Moraes e Leite (1996), nota-se que as aspiradas não chegam à metade das

realizações em coda medial no JN. Até mesmo o índice de aspiração em posição final no jornal é cerca de 25% maior do que o índice de aspiração em coda final na década de 1990.

Em relação às fricativas velares, na fala de Bonner, observa-se uma preferência um pouco maior pela variante em posição final do que nas duas décadas analisadas por **Callou, Moraes e Leite (1996)**. Além disso, nos dados do JN21, percebe-se uma tendência inversa à observada pelos autores acima: proporcionalmente, há mais ocorrências velares em posição final do que em posição medial, onde destacam-se as realizações aspiradas na fala do âncora. Assim sendo, as realizações velares em coda medial foram menos frequentes no JN21 (16,5%) do que as realizações nessa posição em 1970 (60%) e em 1990 (45%) na fala culta carioca.

Vale destacar a incidência muito menor de apagamentos em posição final do que a observada nas gravações do projeto NURC. Os apagamentos totalizaram menos de 7% dos dados nesses contextos, em oposição a mais de 70% dos casos nos dados de 1990. Em posição medial, os apagamentos foram praticamente inexistentes, sendo que apenas um caso foi observado (0,1%), no item lexical “porque”.

Quando comparados com os dados de 1990 em posição final, há praticamente uma inversão da proporção entre aspiração e apagamentos, no JN21. Enquanto nos dados de 1990 observou-se cerca de 15% de realizações aspiradas e cerca de 70% de apagamentos, no JN21 observou-se cerca de 70% de aspiradas e de 7% de apagamentos.

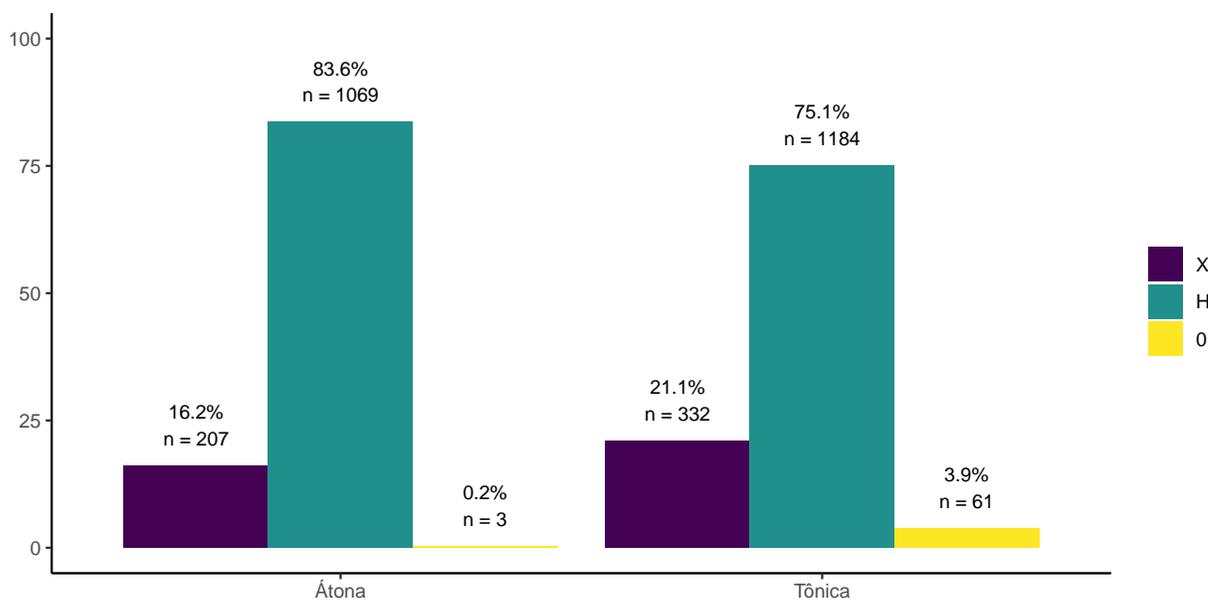
A comparação entre esses dados, ainda que de interesse para o presente estudo, não pode ser tomada, de maneira estrita, como uma ferramenta para que se verifiquem possíveis processos de mudança, tais quais poderiam ser observados na comparação entre os panoramas de 1970 e 1990 elaborados em **Callou, Moraes e Leite (1998)**. A diferença na situação enunciativa dos dados observados não pode ser ignorada. É sabido que os dados do JN são produzidos em uma situação mais distante da produção vernácula do que a fala coletada em entrevistas do Projeto NURC.

A análise da fala de Bonner, no entanto, nos permite pensar em diferentes aspectos da variação e compreender os significados sociais através de uma perspectiva diferente, a perspectiva de um replicador de valores e formas linguísticas normativas. Considerando que a fala do JN é influenciada por uma pretensão de neutralidade, podemos observar, ainda que indiretamente, o que os seus responsáveis e influenciadores teriam como formas mais salientes para os espectadores brasileiros, bem como quais formas carregam significados sociais mais condizentes com aqueles desejáveis na fala telejornalística.

Nesse sentido, podemos constatar que, talvez por ser uma forma menos sujeita a avaliação direta dos ouvintes, a forma que mais prosperou no português do JN foi a aspiração. Ainda que não seja uma variante produzida em todos os lugares do Brasil, o sucesso dessa variante pode estar

atrelado com o status das outras variantes com as quais a forma está em variação na fala do JN (e na fala carioca). Enquanto a não realização dos /r/ poderia ser vista, por motivos acústicos, a menos “perceptível” e a mais neutralizada dentre as três, os significados sociais que já incidiam há tempos sobre a variante parecem ainda estar em efeito, de modo que a variante apagada seja perceptível e indesejada no telejornalismo por ser relacionada a valores negativos atrelados à fala inculta.

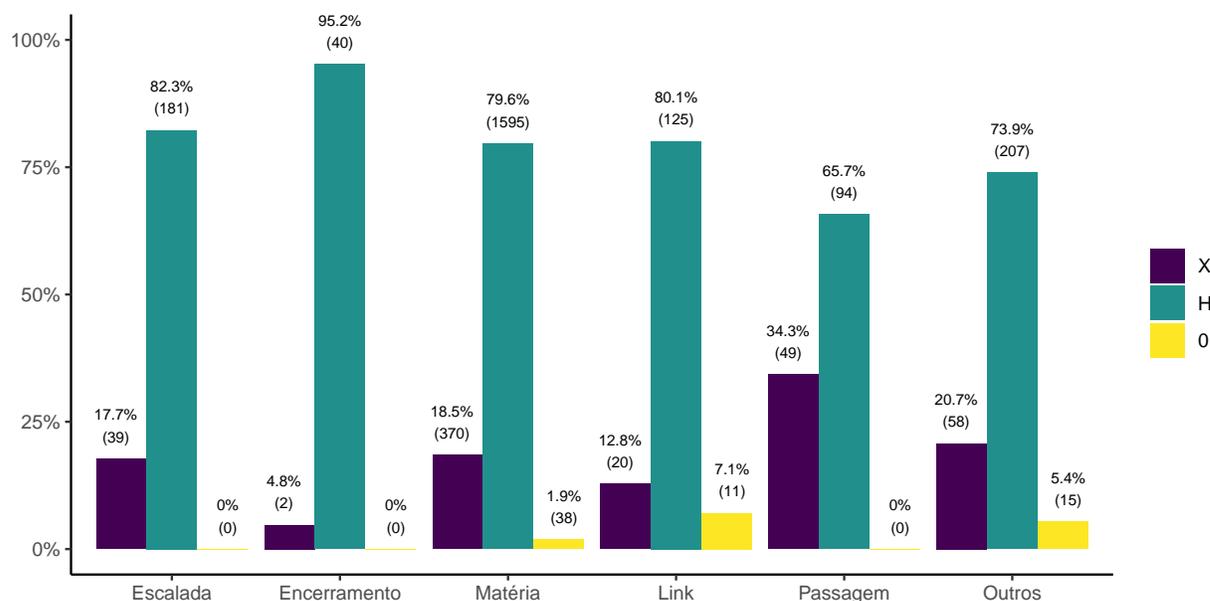
A variante velar, por sua vez, menos frequente de maneira geral, na fala brasileira (CALLOU; MORAES; LEITE, 1996), pode se relacionar com uma percepção de regionalidade, também indesejável na fala do JN (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Além disso, a forma é tida como alvo de estereótipo da fala carioca, sendo bastante desprezada em São Paulo, por exemplo, uma das regiões mais importantes economicamente no consumo de conteúdo de mídia e no financiamento publicitário televisivo. De qualquer modo, os apagamentos não deixam de ocorrer, na sua posição mais prototípica, tendo aumentado de frequência mais recentemente, como se verá adiante (Figura 4.7).



**Figura 4.4** Proporção de ocorrências de (-r) por tonicidade da sílaba.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.

Quanto à tonicidade, a ocorrência de apagamentos em sílabas átonas foi praticamente nula, totalizando apenas 0,2% dos casos, em oposição a quase 4% dos casos nas tônicas. A proporção das fricativas velares também foi maior nas ocorrências de (-r) em sílabas tônicas, cerca de 20% dos casos *versus* cerca de 16% dos casos em sílabas átonas. A proporção observada nessa variável foi similar à proporção relacionada à posição no vocábulo, ainda que o número de ocorrências seja

distinto. Esse pode ser um indício de que ambas as variáveis estão relacionadas à maior tendência de apagamentos e de realizações velares em verbos no infinitivo.



**Figura 4.5** Proporção de ocorrências de (-r) por trecho do telejornal.

X = fricativa velar; H = fricativa glotal; 0 = apagamento.

A variável trecho (Figura 4.5) diz respeito à separação formal do jornal em diferentes segmentos, compreendendo não só a apresentação direta das notícias (aqui chamadas de “matérias”) mas também segmentos funcionais típicos do telejornalismo, como as passagens de bloco, que preparam o espectador para o que será apresentado após os intervalos comerciais. Apesar de uma aparente disparidade nas realizações observadas no gráfico, diferentemente do que se esperava, não houve grandes diferenças nas realizações de (-r) em relação aos trechos.

No gráfico, no entanto, observa-se uma diferença na proporção de realizações apagadas entre as Matérias e os Links, de cerca de 2% para cerca de 7%. Essa diferença possivelmente está relacionada com o caráter mais interativo dos links em relação às matérias. A configuração dos links é justamente marcada pela presença de um interlocutor direto com o qual se faz contato. Nestes casos, não necessariamente predomina a leitura do teleprompter, como tradicionalmente acontece durante as matérias.

Tendo em vista esses dados, outras motivações podem ser inferidas a respeito do que aconteceria com a fala de Bonner nesses dois casos. Pode-se considerar que, nos links, o âncora tem mais liberdade para variar entre diferentes dialetos, ou talvez tenha menos controle das formas utilizadas nos momentos de interação (semi)espontâneas. A diferença também poderia estar

relacionada com a articulação de uma fala menos artificial ou rebuscada nos momentos diádicos, que poderiam causar uma sensação de estranhamento não só no interlocutor, mas também nos espectadores que esperariam certa adequação da fala do âncora ao contexto em que se apresenta. Nesse sentido, seria possível até mesmo cogitar que os espectadores mudam de interlocutores diretos para árbitros, participando indiretamente da situação enunciativa, causando impactos na fala do jornalista (BELL, 1992; HAY; JANNEDY; MENDOZA-DENTON, 2010). Uma motivação mais técnica poderia também se relacionar a uma menor frequência da ocorrência de links nas edições mais antigas analisadas (ver Figura 4.7).

Percebe-se também que não foram observados apagamentos nos trechos de escalada da notícias, nas passagens de bloco e nem do encerramento do jornal. Esse fato poderia ser interpretado como um indício da diferenciação dos significados a serem transmitidos durante as diferentes partes do jornal. Tendo em vista o fato de que nos outros trechos geralmente há mais volume de fala, em turnos maiores, pode-se interpretar, com uma perspectiva laboviana, que haveria também uma maior margem para a variação e uma menor possibilidade de um “controle” mais ativo das variáveis utilizadas. Também pode-se interpretar, de acordo com o modelo de Bell (2002, 1984), que nesses momentos haveria maior influência de auditores, no papel dos editores e diretores de jornalismo, bem como de árbitros linguísticos – por exemplo o grupo de “pessoas cultas” a qual o âncora pertenceria.

Além disso, nesses trechos menores, há uma função comunicativa diferenciada. Ao invés de narrar e expor as notícias, esses trechos servem como chamariz para o telejornal. Nas escaladas, busca-se chamar a atenção dos espectadores para as notícias a serem exibidas, produzindo um efeito enfático, buscando imprimir a sensação de importância e seriedade das notícias, de modo a instigar os espectadores a aguardá-las e assisti-las. Nas passagens de bloco, a função seria semelhante, mas nesses casos, o espectador já está assistindo ao telejornal. Espera-se, portanto, que esse mantenha-se conectado, e que de preferência não mude de canal ou desligue a televisão, consumindo o conteúdo dos intervalos comerciais e mantendo um certo nível de atenção, considerando que o jornal em breve voltará a ser transmitido. Observa-se um alto grau de realizações velares na passagem de bloco, relacionada, mais especificamente com a expressão “a seguir”, quase sempre utilizada nesses trechos. Nesse sentido, pode-se até elucubrar o papel que o uso constante e enfático do “a seguir” teria um papel praticamente de uma âncora comportamental no telejornal, ajudando a transmitir em conjunto com as vinhetas a ideia de que o jornal não acabou – papel, de certo modo, semelhante ao que teria o “boa noite” no telejornal, que inicia e finaliza o jornal propriamente dito e, assim, um espaço de seriedade, estabilidade e tradição, considerando o uso do mesmo cumprimento há décadas.

Por fim, o encerramento também carregaria uma função diferenciada do restante do jornal, ainda que de maneira menos enfática (o que poderia justificar o menor uso da velar nessas situações). A intenção nesse caso seria a de fechar o canal de comunicação ainda que buscando manter o telespectador acompanhando a emissora. Anunciam-se, portanto, os programas que virão a seguir e também imprime-se no espectador uma imagem final dos apresentadores. Essa é a última imagem que os espectadores terão dos âncoras, o que talvez justificaria uma tentativa de se vincular e, assim, consolidar a ideia de que os apresentadores são cultos e respeitáveis – não havendo, portanto, espaço para os usos tidos como menos cultos. Alternativamente, a não ocorrência de apagamentos nesse segmento poderia ser incidental, já que não há muito conteúdo de fala nesse trecho, e, portanto, menor quantidade de ocorrências de (-r).

Apesar de não terem um impacto tão grande na realização de (-r), através de uma análise qualitativa, foi possível perceber que há, ainda assim, uma percepção de distinção nos efeitos provocados no espectador (no caso, o pesquisador), a depender do segmento do jornal. Esse efeito de distinção que possivelmente se relaciona a diferentes elementos semióticos no telejornal, tais quais diferentes tomadas de câmera, presença e ausência da música tema durante a fala, tamanho dos turnos, parecem também ser motivados por razões mais diretamente ligadas às formas linguísticas, e não aos significados atribuídos ao contexto e ao conteúdo apresentados.

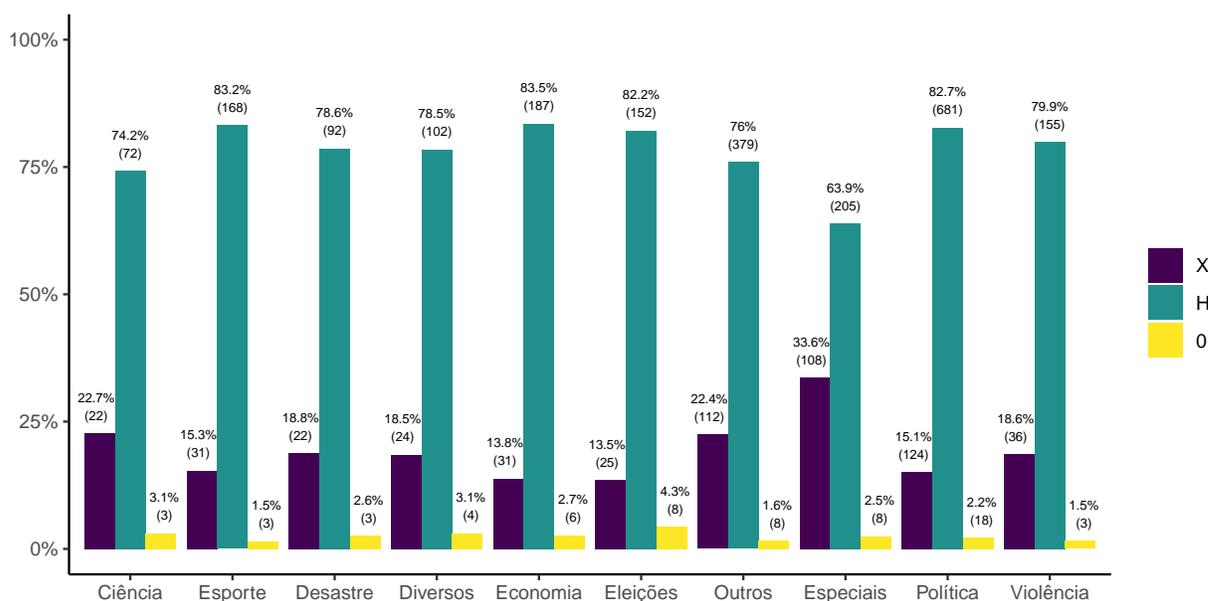
Uma possível fonte desses efeitos na percepção parece estar relacionada com aspectos fonéticos suprasegmentais. Com efeito, o exame dessa variável pode ter sido justamente uma consequência, *a priori* não tão clara, dessa sensação de diferença na fala dos jornalistas a depender do momento em que a fala ocorre no telejornal. A sensação de ênfase, por exemplo, além de outros elementos típicos do telejornal, pode ser gerada por diferenças prosódicas não só internas ao jornal, mas também em relação à fala do cotidiano e até mesmo em relação a outras instâncias de fala pública, como discursos políticos (BARBOSA, 2017; BARBOSA; BOULA DE MAREÜIL, 2018).<sup>1</sup>

É interessante, de todo modo, observar que, enquanto a fala telejornalística é tida como referência linguística, parece haver uma distinção entre os significados sociais produzidos e atrelados a variáveis fonéticas segmentais e os produzidos pelas variantes suprasegmentais utilizadas. Enquanto é possível observar, em conversas cotidianas, referências ao “modo de falar” telejornalístico, frequentemente como padrão de correção, os discursos sobre esse modo de falar parecem estar vinculados principalmente a variáveis fonéticas segmentais, usos lexicais ou mesmo a variáveis sintáticas, mas não a fatores prosódicos. Pelo contrário, é possível inferir que haveria um estranhamento por parte de um falante do Português Brasileiro ao se deparar com uma pessoa repli-

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, pretende-se, nos desdobramentos futuros desta pesquisa, analisar diferentes medidas prosódicas em busca de uma melhor compreensão dos efeitos produzidos e dos significados sociais a elas atribuídos.

cando a prosódia telejornalística, possivelmente levando a comentários que associam tal modo de falar justamente ao falar transmitido nos jornais. Haveria, portanto, uma dualidade nos discursos e no teor normativo propagado pelo falar telejornalístico. Enquanto alguns de seus usos servem como referência de fala neutra, a ser utilizada em uma ampla gama de situações, especialmente nas que demandariam uma fala mais culta ou mais formal, outros de seus usos são tão específicos que se relacionam diretamente com o único ambiente no qual um falante esperaria encontrá-los – na apresentação de notícias. Vale a pena constatar que ainda que não haja referências normativas tão estáveis para o Português Brasileiro falado, no campo da prosódia essas referências parecem muito mais esparsas, de modo a ser possível considerar que a percepção dessas diferenças se dê apenas de forma anedótica e incidental, percebida mais como uma “sensação” geral do que como um efeito gerado por uma forma específica, que os falantes são capazes de reportar.

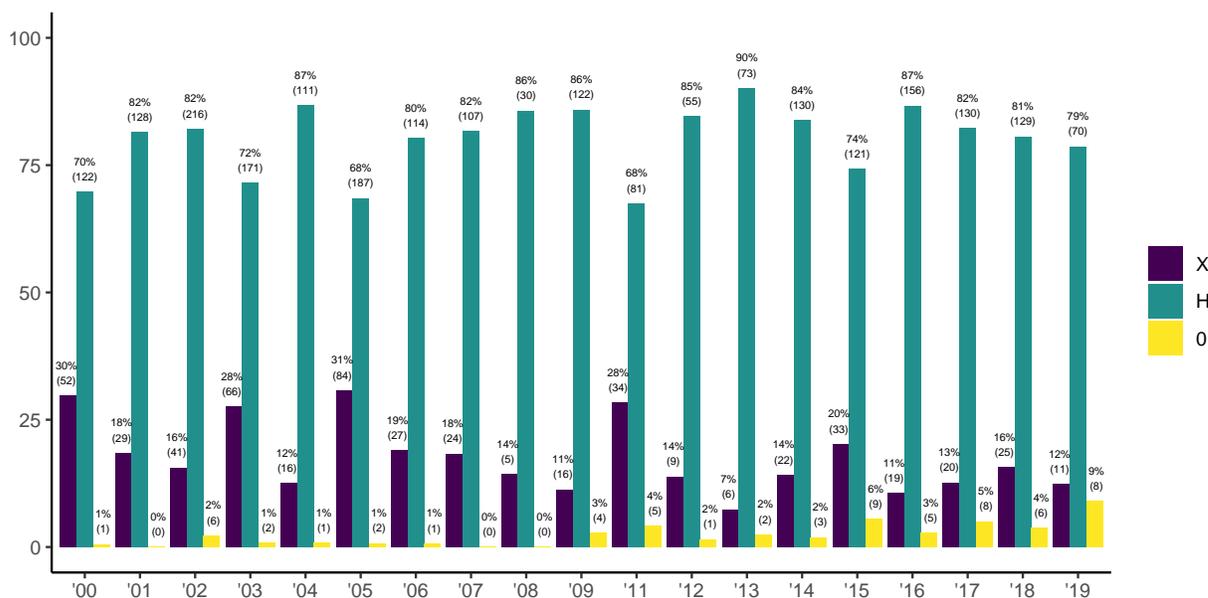


**Figura 4.6** Proporção de ocorrências de (-r) por editoria do telejornal.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.

A análise das editorias foi realizada reduzindo as categorias codificadas inicialmente (ver Capítulo 3, p. 33) em categorias mais amplas. As categorias estabelecidas para a análise foram: Ciência, Esporte, Desastre, Política, Economia, Eleições, Diversos, Especiais e Outros. Assim como a variável trecho, a variável editoria resultou em diferenças menores do que as antecipadas, já que a maior parte das editorias não demonstrou um grande impacto sobre a realização dos róticos em coda na fala de Bonner.

É possível observar na Figura 4.6, porém, um maior índice de realizações velares na editoria “Especial”. A alta, no entanto, é efeito de uma única edição, na qual Bonner é entrevistado em decorrência das festividades relativas aos 50 anos do JN. Nesta ocasião, em que Bonner aparece fora do ambiente do JN, percebe-se grande diferença nas formas linguísticas empregadas. Seria equivocado, no entanto, elaborar generalizações sobre as formas utilizadas pelo âncora com base em um único evento enunciativo. Ainda assim, essa observação indica que a realização de um estudo comparativo entre o material aqui analisado e gravações de Bonner fora do JN poderia render resultados interessantes, já que o dado indica uma diferença na fala de Bonner até mesmo entre duas situações de fala pública.

Considerando um dos pontos de partida para o desenvolvimento da pesquisa, o desenvolvimento do Projeto de Língua Falada, analisaram-se os dados relativos ao ano de gravação e transmissão das edições do JN. Levando em conta o intuito de veicular uma fala que produza maior efeito de coloquialidade e levando em conta um aparente processo de mudança em curso, no qual os róticos tenderiam ao apagamento, o resultado esperado em relação a essa variável seria, justamente, um aumento das realizações apagadas.

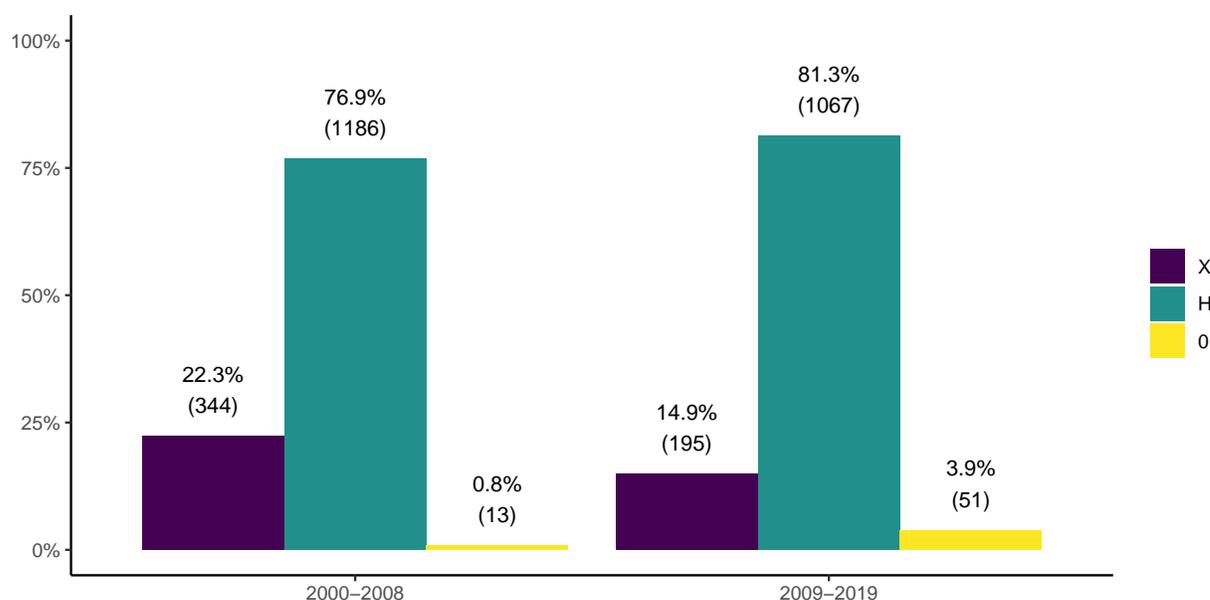


**Figura 4.7** Proporção de ocorrências de (-r) por ano da gravação do telejornal.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.

Ao analisar os dados representados na Figura 4.7, podemos observar grande variabilidade nas ocorrências de (-r) no JN21. Foi identificado, no entanto, um aumento dos apagamentos a partir do ano de 2009. Enquanto os dados de 2000 a 2008 apresentaram, no geral, uma taxa de

apagamento média menor que 1%, os dados de 2009 a 2019 tiveram média de 4%, chegando a uma frequência de 9% em 2019.

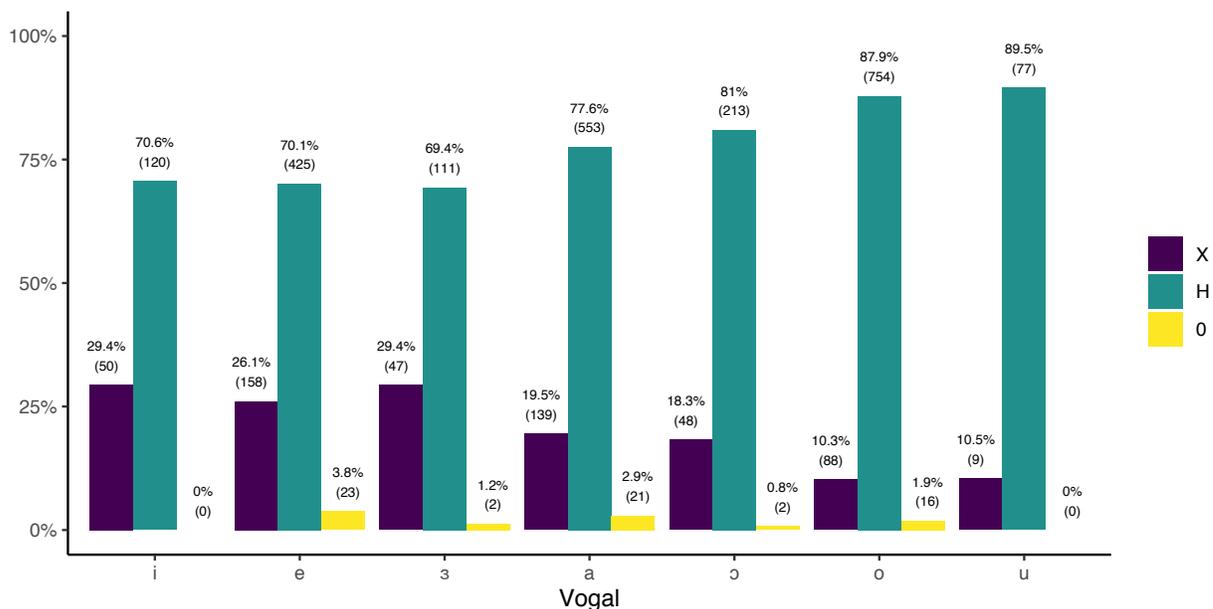
Por outro lado, as ocorrências de fricativas velares caíram de um total de cerca de 22% no período analisado para menos de 15%. Ou seja, houve um decréscimo das realizações velares em detrimento de um aumento de cerca de 3% nos apagamentos e de cerca de 4% nas aspirações, que foram de cerca de 77% das realizações para cerca de 81%. Tais informações estão mais claramente expressas na Figura 4.8, na qual foram agrupados os dados dos períodos correspondentes ao que pode ser tido como “antes do início do Projeto de Língua Falada” (2000–2008) e “depois do início do Projeto de Língua Falada” (2009–2019).



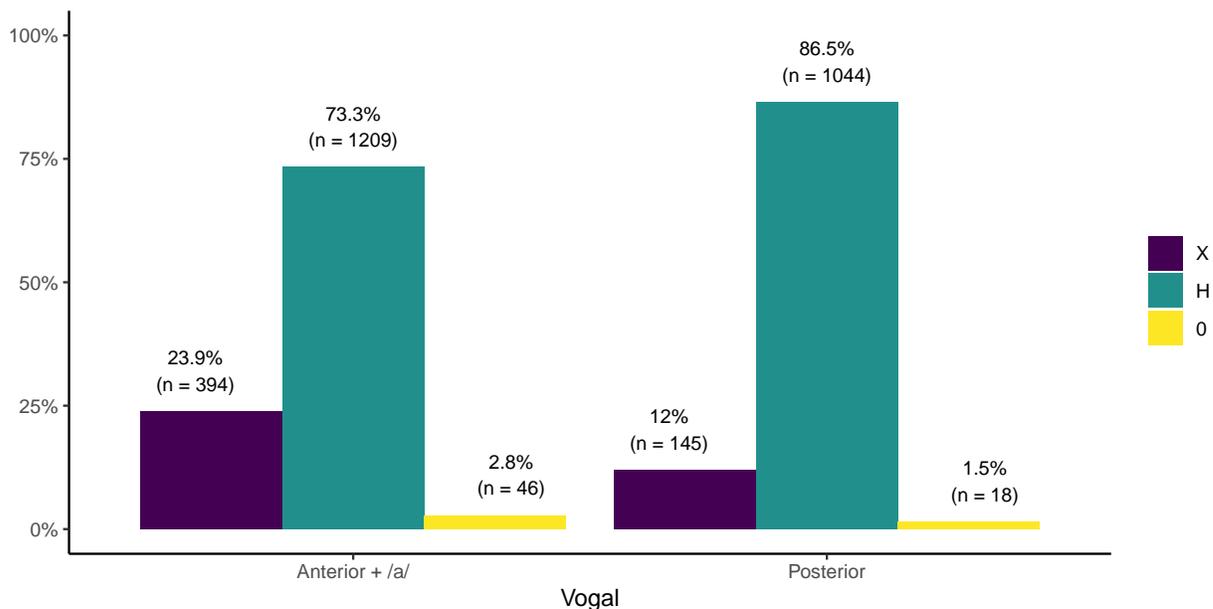
**Figura 4.8** Proporção de ocorrências de (-r) por período da gravação do telejornal.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; 0 = apagamento.

Os resultados expostos podem ser tomados como um indicativo da ocorrência do processo de neutralização da coda /r/ na direção do apagamento na fala telejornalística recente. Apesar de uma diferença pequena, em relação às realizações totais, mais do que um indício do cancelamento do (-r), esse dado pode ser visto como um evidência da sistematicidade dos processos de variação e mudança nas variedades de fala pública e monitorada, considerando que se observa a incidência de padrões semelhantes aos observados mais frequentemente nas variedades de fala consideradas mais próximas ou representativas da fala vernácula.

Foram analisados os contextos fonológicos imediatamente precedentes às ocorrências de /-r/. Os resultados obtidos apresentam-se na Figura 4.9.



**Figura 4.9** Proporção de ocorrências de (-r) por contexto fônico precedente.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.



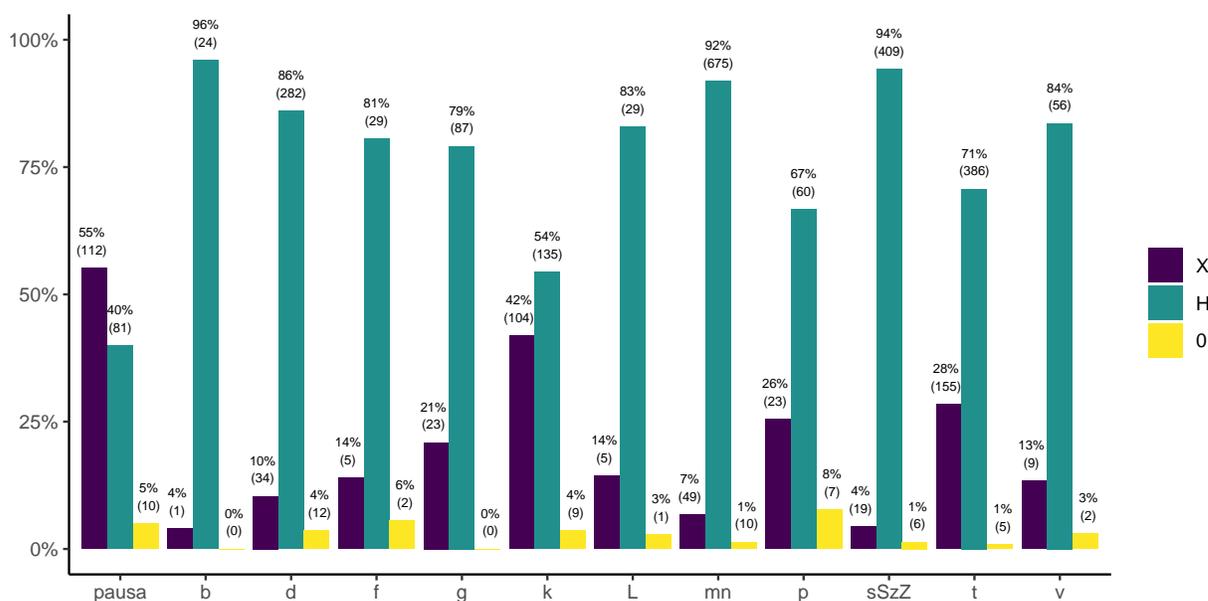
**Figura 4.10** Proporção de ocorrências de (-r) por contexto precedente anterior vs. posterior.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento

No caso do contexto precedente, os fonemas anotados são, por definição, vogais, constituindo o núcleo das sílabas. Através de análises exploratórias, na Figura 4.9, observou-se diferença

na proporção de realizações da variável dependente entre vogais anteriores (i, e, ε) e a vogal central /a/, por um lado, e vogais posteriores (u, o, ɔ), por outro.

Na Figura 4.10 observa-se maior taxa de uso das formas não aspiradas em sílabas nucleadas por vogais anteriores e pelo /a/. Há proporcionalmente o dobro de realizações velares nestes casos, totalizando cerca de 24% das ocorrências, em oposição a 12% de velares precedidas por vogais posteriores. O índice de apagamentos nas ocorrências precedidas por vogais anteriores ainda que pequeno, foi também, proporcionalmente, quase o dobro das ocorrências apagadas diante de vogais posteriores. Assim sendo, há uma preferência de realizações aspiradas após vogais posteriores (86,5%) em relação a realizações precedidas por vogais anteriores (73%)

Percebeu-se, no entanto, após uma segunda análise, que a maior ocorrência de apagamentos pode estar relacionada com as vogais ocupando o núcleo das sílabas finais de verbos no infinitivo. Assim, explicaria-se a alta proporção de apagamentos do /r/ precedido por /a/ e /e/. No entanto, a ausência de apagamentos em “ir” poderia ser indício na direção contrária.

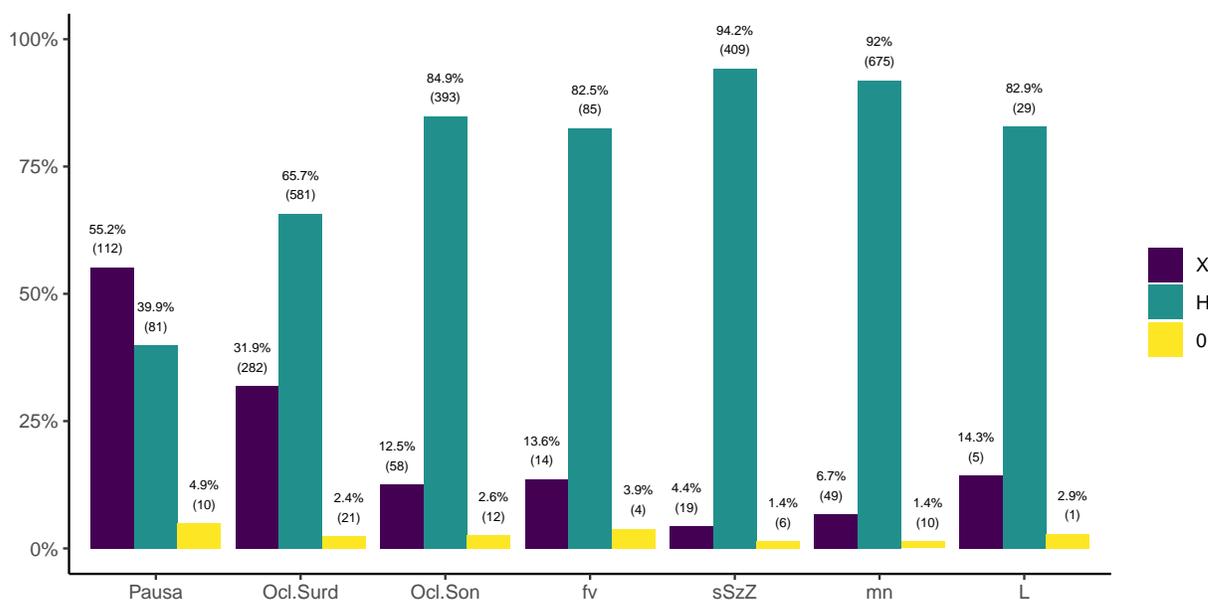


**Figura 4.11** Proporção de ocorrências de (-r) por contexto fônico seguinte.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.

Na análise do contexto fonológico seguinte às ocorrências de (-r), observou-se que houve maior tendência de realizações de fricativas velares nas ocasiões em que o contexto seguinte era composto por uma consoante oclusiva surda, em relação aos contextos compostos por oclusivas sonoras. Conforme observa-se na Figura 4.11, entre as bilabiais, 26% das realizações seguidas de /p/ foram velares, enquanto apenas 4% das realizações seguidas por /b/ foram articuladas desse

modo. Das ocorrências seguidas por oclusivas alveolares, 28% dos casos seguidos de /t/ foram fricativas velares, em oposição a apenas 10% das ocorrências seguidas de /b/. Após as ocorrências de (-r) seguidas de pausa, as ocorrências seguidas de oclusivas surdas velares foram as que mais apresentaram fricativas com este articulador: 42% dos casos seguidos por /k/ versus 21% de casos seguidos por /g/.

Conforme mencionado acima, constatou-se uma forte tendência de realizações velares após pausas, sendo este o único contexto no qual a tendência de realização não privilegiou as aspiradas: 55% dos casos seguidos de pausa foram realizados como fricativas velares, enquanto 40% foram realizados como fricativa glotal. Esse dado pode estar relacionado com uma tentativa de conferir uma certa ênfase à fala. Desse modo, a realização velar poderia ser favorecida como um estratégia para evidenciar as pausas, ou mesmo como um reforço do segmento final em prol de deixar claro, ainda que inconscientemente, que o segmento (-r) está sendo realizado, conferindo um efeito de fala bem articulada.

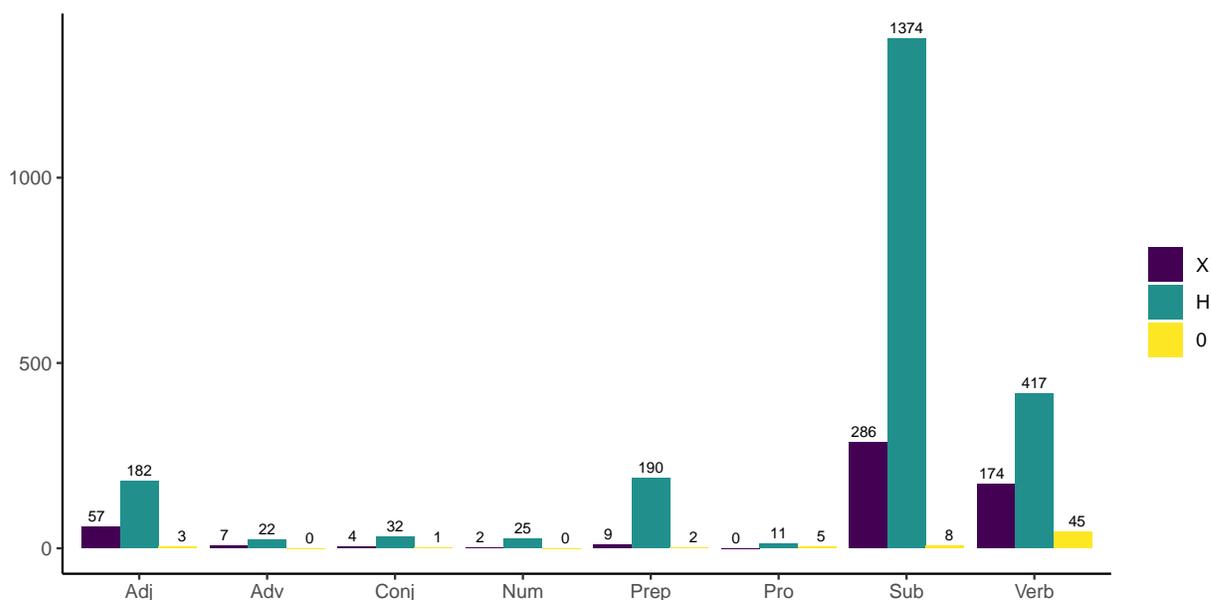


**Figura 4.12** Proporção de ocorrências de (-r) por contexto fônico seguinte agrupado.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.

Concatenando as variantes observadas em categorias foneticamente relevantes na Figura 4.12, torna-se ainda mais clara a preferência por realizações velares seguidas de oclusivas surdas em oposição às vozeadas. Enquanto o nível de apagamento se mantém estável, realizações velares seguidas de oclusivas surdas ocorrem em cerca de 1/3 dos casos (32%), enquanto as seguidas por oclusivas sonoras são realizadas como velares em apenas 12,5% das vezes – proporção

semelhante a das fricativas labiodentais e das laterais. Já as nasais e as fricativas alveolares e pós-alveolares parecem favorecer majoritariamente realizações aspiradas, que totalizam mais de 92% desses casos.

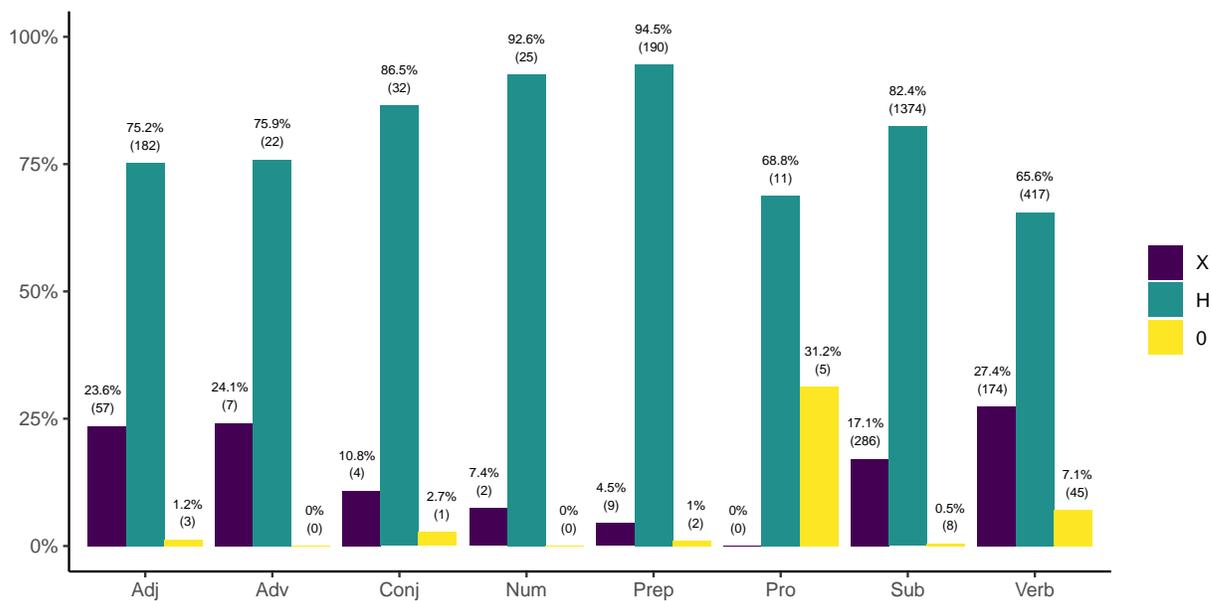
Dentre as classes morfológicas, os verbos são costumeiramente os itens nos quais há maior incidência de apagamento. Não surpreende, portanto, que a maioria dos apagamentos observados no *corpus* tenha sido em verbos. Na Figura 4.13 observa-se o número absoluto de realizações de (-r) no *corpus*. Nota-se no gráfico que ainda que o total de ocorrências de substantivos seja muito maior que o de verbos, há um número reduzido de apagamentos nesse contexto.



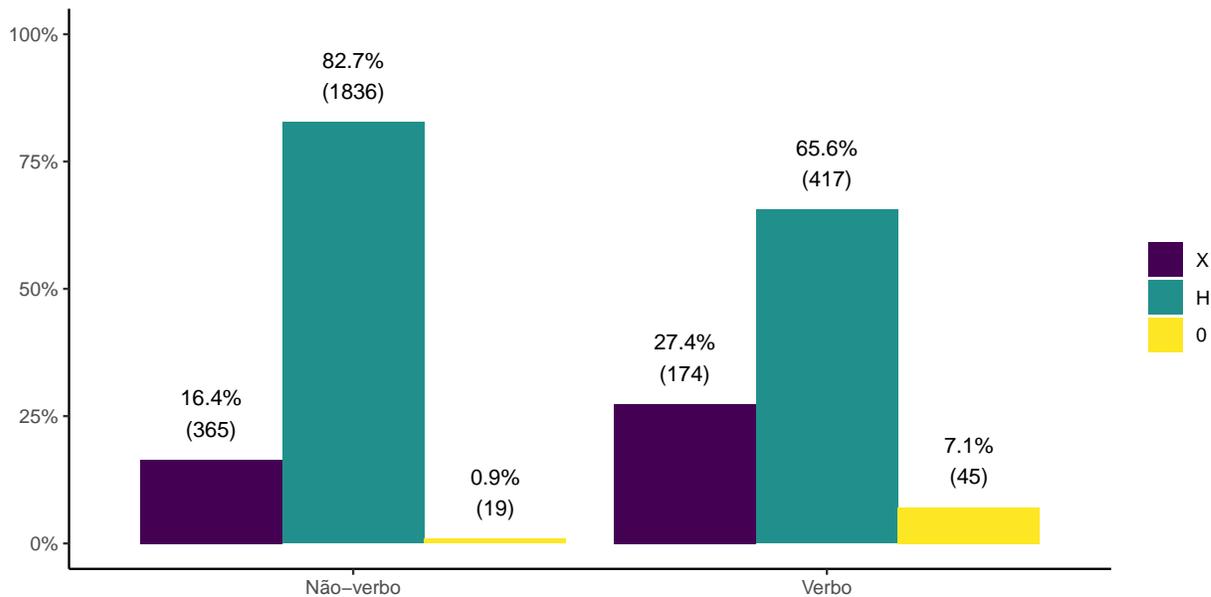
**Figura 4.13** Número total de ocorrências de (-r) por classe morfológica.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; 0 = apagamento.

Na Figura 4.14, observam-se as proporções gerais de ocorrências da variável (-r) por classe morfológica do item lexical. Algumas classes, no entanto, conforme observou-se em 4.13, contam com um baixo número de apagamentos, impossibilitando que se possa tirar conclusões individuais sobre cada uma delas. Destaca-se, ainda assim, a incidência proporcionalmente elevada de apagamentos realizados nos pronomes “qualquer” e “senhor”.

É possível notar, também, que o uso da variante aspirada nas preposições é quase categórico, totalizando 94,5% das realizações. Todas esses dados observados, no entanto, são relativos às realizações da preposição “por”, tornando difícil alegar que o resultado seja associado à classe morfológica e não ao item em específico, ou mesmo à sua atonicidade – considerando que, con-



**Figura 4.14** Proporção de ocorrências de (-r) por classe morfológica.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.



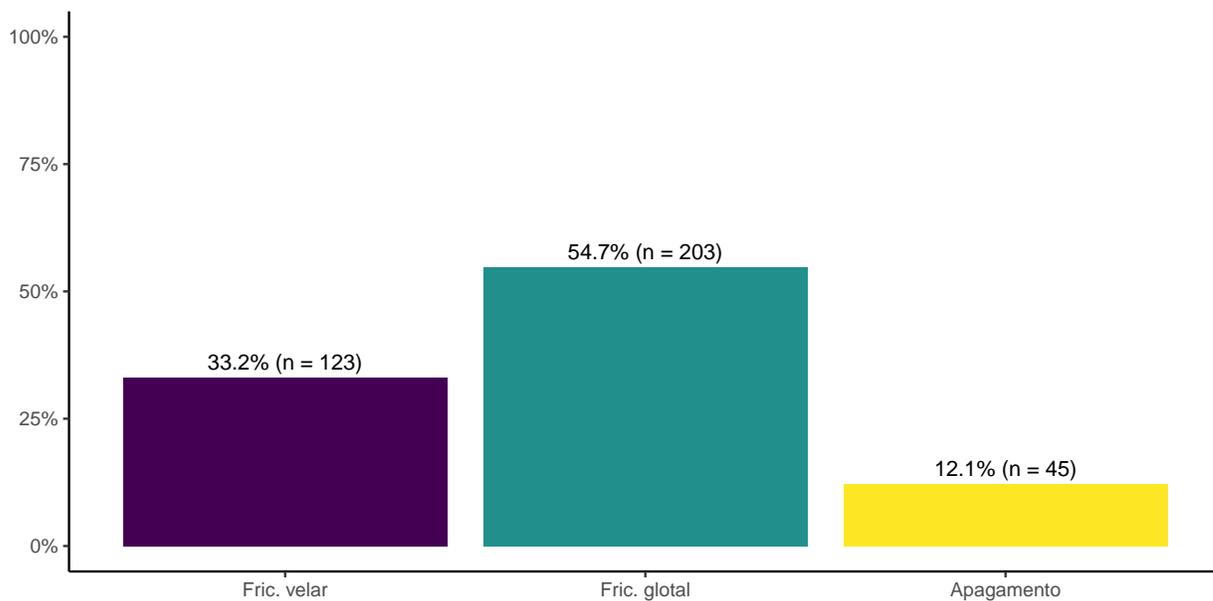
**Figura 4.15** Proporção de ocorrências de (-r) entre verbos e não verbos.  
X = fricativa velar; H = fricativa glotal; O = apagamento.

forme visto na Figura 4.4, há incidência significativamente maior de aspiradas em ocorrências de (-r) em sílabas átonas.

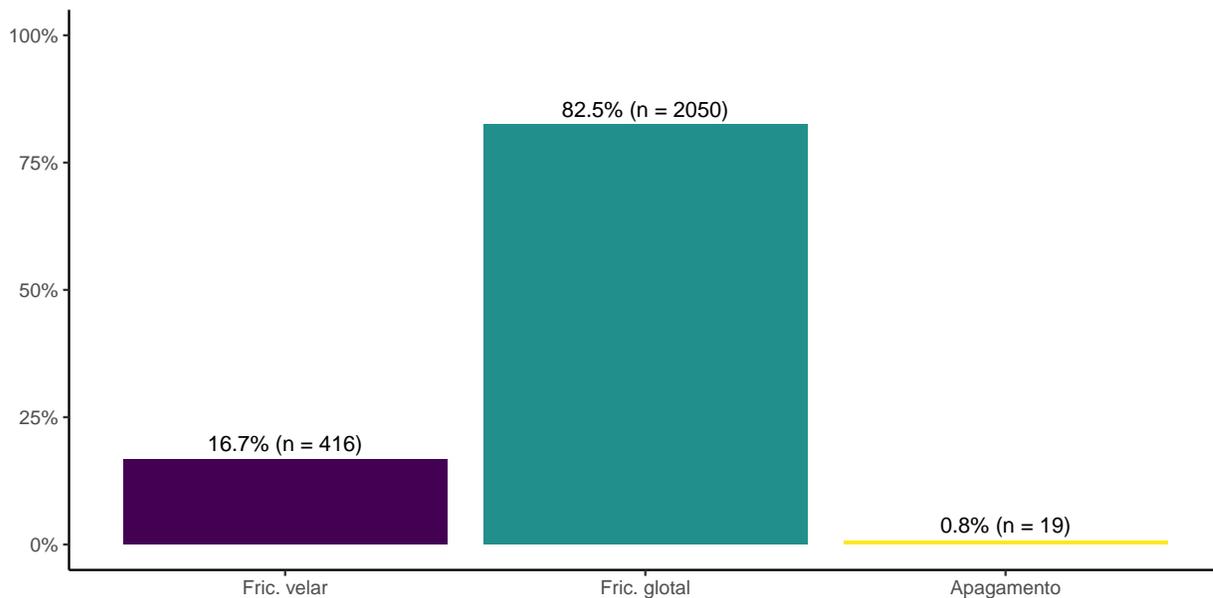
Diante da baixa quantidade de ocorrências de (-r) em boa parte das classes codificadas, decidiu-se agrupar os dados em apenas duas categorias, buscando mais bem observar o comportamento dos verbos em relação às outras classe amalgamando todas as classes diferentes dos verbos na categoria “não verbo” (composta principalmente de substantivos). Na Figura 4.15, observa-se que nas realizações de (-r) em verbos houve uma preferência pelas variantes velares e apagadas, em detrimento das aspirações. Enquanto se observou uma proporção de cerca de 83% de fricativas glotais nos não verbos, esse número foi quase 17% menor nos verbos, totalizando cerca de 66%. Assim, além da maior proporção de apagamentos nos verbos, cerca de 7% em oposição a cerca de 1% em não verbos, também constatou-se um índice de velares mais de 10% maior nessa classe morfológica (27% vs. 16%).

Através de outra perspectiva, buscou-se observar se este efeito não seria relacionado ao comportamento particular dos verbos no infinitivo, aos quais seriam correspondentes a maior parte dos apagamentos. Foram separados, portanto, os verbos no infinitivo (Figura 4.16) de todos os outros itens lexicais, desta vez incluindo-se os verbos que não se encaixassem na primeira categoria (Figura 4.17). Nos resultados obtidos, é possível perceber que todas as ocorrências de apagamento, vistas anteriormente na Figura 4.15, se deram em verbos no infinitivo. Deste modo, observa-se que a proporção de apagamentos em verbos no infinitivo totaliza 12% das ocorrências nesses casos, enquanto em todas as outras ocorrências de (-r) menos de 1% das realizações são apagadas. O uso da variante velar em verbos no infinitivo também foi consideravelmente maior do que nos outros itens, constituindo cerca de 1/3 (33,2%) dos casos, praticamente o dobro da incidência das velares em não verbos no infinitivo (16,7%). Assim, o total de aspirações observadas nos verbos no infinitivo foi equivalente a apenas 54,7% das ocorrências, enquanto o total de aspirações em não verbos no infinitivo foi de 82,5%.

Nota-se, portanto, uma maior variabilidade nas ocorrências em infinitivos, não só em direção da forma apagada, mas também na variante velar, que estaria se perdendo no dialeto carioca, em detrimento das formas mais “neutralizadas”. Diante desse resultado, é possível conjecturar que não há apenas um processo de enfraquecimento atrelado à redundância do segmento final dos verbos infinitivos, conforme propostos por Callou, Serra e Cunha (2015) e Schwindt e Chaves (2019), mas também uma diminuição da categoricidade da pronúncia do segmento. Poderíamos, portanto, alegar que por ser um segmento redundante, sua realização deixa de sofrer determinadas pressões associadas à sua realização fonética (CALLOU; SERRA; CUNHA, 2015; SCHWINDT; CHAVES, 2019), eliciando maior variação na fala do âncora, além de se tornar um ambiente no qual o falante se torna mais livre para projetar significados sociais de maneira mais marcada. Hay,



**Figura 4.16** Proporção de ocorrências de (-r) em verbos no infinitivo no JN21.



**Figura 4.17** Proporção de ocorrências de (-r) no JN21, exceto em verbos no infinitivo.

Jannedy e Mendoza-Denton (2010) comentam que palavras frequentemente repetidas constituiriam ambientes propícios para a variação e mudança.

Se pensarmos nos morfemas finais dos verbos infinitivos como sub itens lexicais de alta frequência, poderíamos considerar, numa perspectiva de modelos exemplares, que a modificação e

a flexibilidade que ocorre nestas pronúncias seriam determinantes para a constituição das realizações fonéticas de um falante adulto, de maneira geral. Ainda assim, regras distintas parecem operar e determinar diferentes realizações fonéticas do segmento em questão. Nesse sentido, parece válido assumir que, enquanto a variável (-r) parece ser foneticamente a mesma em todas as suas ocorrências no PB, o seu comportamento diferente a depender do seu valor morfológico e indiretamente epistêmico parece influenciar suficientemente os padrões observados, a ponto de ser mais vantajoso e produtivo tomar o que consideramos como variável (-r) como mais de uma variável distinta, que não coincidentemente funcionaria diferentemente no contexto medial e final, variando também em função de seu valor morfológico, conforme propõem [Schwindt e Chaves \(2019\)](#) e [Schwindt \(2015\)](#).

## 4.2 Análises multivariadas

Após a realização das análises acima, foram elaborados modelos estatísticos multivariados, buscando obter uma maior confiabilidade nos resultados. Tendo em vista a natureza da variável resposta observada, que varia entre três variantes categorias distintas (variável categórica trinomial), o modelo mais apropriado para a realização das análises foi de uma regressão logística multinomial ([LEVSHINA, 2015](#)).

A linguagem de programação R permite o uso de pacotes previamente codificados para a realização de tarefas específicas. Para realização de análises frequentistas, com o teor exposto acima, [Levshina \(2015\)](#) recomenda o uso dos pacotes `mlogit` e `polytomous`. O segundo pacote, no entanto, não é mais mantido, o que torna sua utilização não mais recomendável.

Além dos pacotes citados pela autora, o pacote `nnet` também conta com uma função voltada para a realização de análises multinomiais: `multinom()`. Há também o pacote `mnlogit`, uma implementação mais recente das funcionalidades do `mlogit`, de maneira teoricamente mais rápida que o seu predecessor. No entanto, dado o tamanho do banco de dados analisados, a velocidade não é considerada como um fator crítico para a execução das funções. Optou-se, portanto, pelo uso do pacote `mlogit`, por maior disponibilidade de sua documentação.

Foram elaborados múltiplos modelos, contendo diferentes conjuntos de variáveis. Para evitar um efeito indesejável de falta de ortogonalidade entre as variáveis, foram realizados modelos distintos abarcando ora a variável classe morfológica, ora as variáveis tonicidade e posição no vocábulo. Isso porque não há ortogonalidade entre essas variáveis. O modelo que foi considerado mais descritivo foi constituído pelas seguintes variáveis: editoria, posição do (-r) no vocábulo, tonicidade da sílaba, contexto fonético precedente, contexto fonético seguinte e o período (antes ou depois do Projeto de Língua Falada).

Esse modelo foi, então, dividido em duas tabelas. Cada tabela apresenta, respectivamente, os valores correspondentes às variantes apagadas (Tabela 4.2) e velares (Tabela 4.3) contrastadas à variante mais frequente no *corpus*, a aspiração. Os níveis de referência escolhidos para as variáveis previsoras foram pautados no número de ocorrências e na facilidade de interpretação dos resultados. Assim, as estimativas apresentadas abaixo são calculadas em relação ao *intercept*, que foi composto a partir das ocorrências de (-r) que se deram em matérias sobre política, em sílabas átonas, contexto medial, precedidas por /a/ e seguidas de oclusivas surdas – por exemplo: “partido”.

A medida utilizada para garantir a explicabilidade do modelo foi o  $R^2$  de McFadden. Essa medida estatística, adequada para o usos em análises de variáveis resposta trinomiais, pode ser lida de maneira similar ao valor de  $R^2$ . Valores de  $R^2$  entre 0,7 e 0,9 – considerados indicativos de modelos com boa explicabilidade – seriam correspondentes a modelos com  $R^2$  de McFadden entre 0,2 e 0,4. O modelo apresentado foi considerado, portanto, bem explicativo, com  $R^2$  de McFadden = 0,268.

As estimativas, em *logodds*, indicam se há uma tendência de favorecimento (valores positivos) ou desfavorecimento (valores negativos) de determinado uso em relação ao *intercept*. A probabilidade de se ter observado a estimativa calculada em caso de a hipótese nula ser verdadeira está indicada na coluna *p*. Para esses efeitos, tomou-se o valor  $\alpha$  de 5%. Deste modo, se a probabilidade for maior que 5% ( $p > 0,05$ ), o resultado não é tomado como significativo. A coluna mais à direita informa os níveis de significância, discriminados na Tabela 4.1.

**Tabela 4.1** Legenda dos níveis de significância

Valor de <i>p</i>	Símbolo
$p > .1$	+
$.05 < p < .1$	.
$.01 < p < .05$	*
$.001 < p < .01$	**
$p < .001$	***

Na Tabela 4.2 estão expostos os dados relativos às ocorrências de apagamentos. Em relação às editoriais, percebe-se que ainda que não tenha sido tão determinante quanto se esperava, houve diferença nas incidências de apagamentos. No caso dos especiais (*logodds* 1.89), também significativamente mais propenso a ocorrências de apagamentos, é necessário notar que esse tipo de editoria foi constituído justamente a partir de seu caráter diferenciado, a saber, os especiais da morte de Roberto Marinho, da morte do Papa João Paulo II, e de 50 anos do JN. Nesse sentido, ainda que essas ocorrências de fala se deem no contexto tradicional do JN, elas parecem se diferenciar não só

**Tabela 4.2** Resultados do modelo de regressão logística multinomial. Valores relativos aos apagamentos. *Intercept* = (política, matérias, átonas mediais, seguidas de ocl. surda, precedidas por /a/, 2000–2008)

<b>Apagamentos</b>	Estimativa	Erro padrão	Valor-z	<i>p</i>	
<i>(Intercept)</i>	-11.910	1.403	-8.490	<0.001	***
<b>Editoria</b>					
Ciência	1.331	0.742	1.794	0.073	.
Esporte	0.134	0.713	0.187	0.851	+
Desastre	-1.225	0.868	-1.412	0.158	+
Diversos	0.779	0.656	1.188	0.235	+
Economia	1.514	0.604	2.505	0.012	*
Eleições	0.154	0.720	0.214	0.830	+
Outros	1.017	0.740	1.374	0.170	+
Especiais	1.887	0.652	2.893	0.004	**
Violência	0.352	0.687	0.512	0.609	+
<b>Trecho</b>					
Encerramento	-18.317	11864.256	-0.002	0.999	+
Escalada	-18.985	4574.548	-0.004	0.997	+
Link	2.061	0.664	3.105	0.002	**
Outros	0.533	0.579	0.921	0.357	+
Passagem	-18.091	5249.785	-0.003	0.997	+
<b>Tonicidade</b>					
Tônica	3.195	0.691	4.623	<0.001	***
<b>Posição</b>					
Final	4.844	1.031	4.697	<0.001	***
<b>Contexto seguinte</b>					
Pausa	-0.807	0.464	-1.738	0.082	.
Oclusiva sonora	-0.791	0.435	-1.819	0.069	.
Fricativa labiodental	-0.595	0.688	-0.864	0.387	+
/l, ʎ/	-0.896	1.164	-0.769	0.442	+
/m, n/	-0.330	0.477	-0.693	0.488	+
/s, z, ʃ, ʒ/	-0.684	0.592	-1.155	0.248	+
<b>Contexto precedente</b>					
/i/	-18.132	5258.02	-0.003	0.997	+
/e/	1.370	0.376	3.639	<0.001	***
/ɛ/	0.102	0.949	0.107	0.915	+
/ɔ/	-1.234	0.846	-1.459	0.145	+
/o/	0.444	0.407	1.092	0.275	+
/u/	-15.841	8148.947	-0.002	0.998	+
<b>Período</b>					
2009 a 2019	2.276	0.424	5.366	<0.001	***

**Tabela 4.3** Resultados do modelo de regressão logística multinomial. Valores relativos às fricativas velares. *Intercept* = (política, matérias, átonas mediais, seguidas de ocl. surda, precedidas por /a/, 2000–2008)

<b>Fricativa velar</b>	Estimativa	Erro padrão	Valor-z	<i>p</i>	
<i>(Intercept)</i>	-0.912	0.182	-5.004	<0.001	***
<b>Editoria</b>					
Ciência	0.427	0.299	1.427	0.154	+
Esporte	-0.195	0.246	-0.794	0.427	+
Desastre	0.314	0.293	1.073	0.283	+
Diversos	0.155	0.278	0.560	0.576	+
Economia	-0.042	0.249	-0.168	0.867	+
Eleições	0.300	0.315	0.951	0.342	+
Outros	0.490	0.340	1.444	0.149	+
Especiais	0.913	0.204	4.488	<0.001	***
Violência	0.132	0.234	0.563	0.573	+
<b>Trecho</b>					
Encerramento	-1.190	0.855	-1.392	0.164	+
Escalada	-0.232	0.381	-0.609	0.543	+
Link	-0.441	0.331	-1.333	0.183	+
Outros	-0.059	0.239	-0.245	0.806	+
Passagem	0.318	0.395	0.807	0.420	+
<b>Tonicidade</b>					
Tônica	-0.147	0.147	-1.004	0.315	+
<b>Posição</b>					
Final	0.156	0.152	1.024	0.306	+
<b>Contexto seguinte</b>					
Pausa	0.982	0.213	4.620	<0.001	***
Oclusiva sonora	-1.347	0.177	-7.628	<0.001	***
Fricativa labiodental	-1.809	0.327	-5.534	<0.001	***
/l, λ/	-1.049	0.510	-2.059	0.040	*
/m, n/	-2.206	0.184	-12.009	<0.001	***
/s, z, ʃ, ʒ/	-2.533	0.258	-9.827	<0.001	***
<b>Contexto precedente</b>					
i	0.979	0.251	3.898	<0.001	***
e	1.110	0.163	6.806	<0.001	***
/ɛ/	0.926	0.255	3.636	<0.001	***
/ɔ/	-0.076	0.221	-0.346	0.729	+
o	-0.540	0.168	-3.222	0.001	***
u	0.247	0.416	0.594	0.552	+
<b>Período</b>					
2009 a 2019	-0.291	0.128	-2.270	0.023	*

na temática mas também no formato em que são apresentadas no jornal. O caráter *hard-news* dessas matérias, juntamente com a extensão com a qual são abordados os temas, parecem afetar a forma com a qual a notícia é apresentada, bem como as formas linguísticas usadas na sua apresentação.

A influência das editoriais pode ser considerada significativa mesmo se desconsiderada a categoria “Especiais”, já que se nota a tendência significativamente maior de ocorrência de apagamentos em matérias sobre Economia (*logodds* 1.51). O fato de as outras diferenças em relação às editoriais não terem se mostrado significativas em relação a “Política” pode ter relação com o menor índice de ocorrência de tais variantes, impossibilitando resultados mais precisos, ou mesmo pela variável não apresentar um comportamento tão relacionado à temática dos enunciados.

Quanto à variável trecho, observou-se uma tendência significativamente maior de produção de apagamentos nos links do que nas matérias comuns. Este fato pode estar relacionado com o teor mais interativo e dialógico desses segmentos em relação à apresentação mais usual do jornal, conforme discutido previamente. Nas outras variáveis observa-se um erro padrão elevado, relacionada à não ocorrência de apagamentos nesses trechos e à baixa quantidade de dados totais correspondentes às categorias.

Tanto a tonicidade e a posição se mostraram variáveis significativamente correlacionadas com a realização de apagamentos. Essas duas variáveis em conjunto foram utilizadas no modelo em detrimento da variável classe morfológica, que ainda que tenha indicado que há significativamente mais apagamentos nos verbos, foi considerada como uma variável menos preditiva do que essas duas outras. A afirmação de **Callou, Moraes e Leite (1998)** quanto ao impacto da posição no vocábulo se confirmou na análise. A probabilidade de ocorrência da variante apagada foi maior nos contextos finais (*logodds* 4.83).

O contexto fonológico não se mostrou muito produtivo para a predição de ocorrências apagadas. O contexto seguinte não mostrou nenhuma influência significativa em relação aos apagamentos e no contexto precedente observou-se uma ligeira tendência maior de apagamentos apenas nas ocorrências precedidas por /e/, em relação à vogal /a/.

Por fim, o período em que se encaixa a edição demonstrou influência significativa nos apagamentos, indicando um aumento dessas ocorrências após a criação do Projeto de Língua Falada, expressando uma tendência de aumento dos apagamentos nas edições mais recentes do JN (*logodds* 2.28).

Na Tabela 4.3 observam-se as estimativas do mesmo modelo em relação à variante velar do /r/ em coda. Visando a facilitar comparações, os dados foram dispostos na mesma ordem que na Tabela 4.2.

Exceto pela editoria “especiais”, nenhuma das variáveis mais específicas à apresentação telejornalística demonstrou influência significativa nas ocorrências velares. As variáveis posição e tonicidade também não se mostraram particularmente produtivas para a análise dessa variante, variáveis aparentemente determinantes para a ocorrência de apagamentos.

Interessantemente, a ocorrência da variante velar se mostrou mais relacionada ao contexto fônico – variáveis pouco produtivas para analisar os apagamentos. Considerando os dados do contexto seguinte, a chance de ocorrência de fricativas velares é significativamente maior nos contextos seguidos de pausa do que nas ocorrências seguidas de oclusiva surda (no *intercept*) e significativamente menor em todos os outros contextos seguintes. Em relação ao contexto precedente, foi observado o desfavorecimento das ocorrências velares quando o /r/ em coda é precedido por /o/ e favorecimento quando seguido das vogais frontais /i/, /e/ e /ɛ/.

Assim como os apagamentos, o período também se mostrou significativo para a ocorrência de velares, mas na direção contrária: há uma tendência de desfavorecimento das velares nas edições mais recentes (*logodds* -0.29). Contabilizando os resultados das duas tabelas, parece se sustentar a hipótese de mudança na direção dos apagamentos. Ainda assim, considerando a variáveis correlacionadas com cada uma das variantes de (-r), pode-se considerar que este processo possui explicações distintas. Enquanto o apagamento se relaciona principalmente com a tonicidade e a posição (fatores muito relacionados às ocorrências apagadas em verbos no infinitivo), bem como ao trecho do telejornal onde existe uma enunciação mais próxima de uma conversa, a redução da ocorrência das velares no período recente é mais influenciada pelo seu contexto precedente e seguinte.

É válido observar, por fim, que o estudo das produções de um único falante permite a observação de um fenômeno de variação complexo como o do (-r), no qual há mais de duas variantes em jogo, sendo suas ocorrências determinadas por múltiplos fatores distintos. De certa forma, parece possível associar mais facilmente as realizações aspiradas às velares, do que essas duas aos apagamentos. Os resultados observados na análise multivariada talvez possam ser tomados como mais um indício de que os apagamentos não estão apenas relacionados a fatores fonéticos, mas também à morfologia do segmento na qual se apresentam as ocorrências.

### 4.3 Discussão

O aumento da taxa de apagamentos parece estar de acordo com tendências previamente observadas. No entanto, possivelmente por uma questão de saliência fônica e de saturação de significados nas formas, ainda há um descompasso entre a fala cotidiana e a fala televisiva, na qual a seriedade e a credibilidade têm papel preponderante. A mudança linguística nesse meio parece ser mais contro-

lada e mais súbita do que na fala habitual, funcionando mais como uma adequação às tendências de prestígio no espaço social do que como uma mudança gradual, fruto dos usos, do contato e de adequações no sistema.

A redução da frequência da variante velar pode estar relacionada com o baixo índice de prestígio da forma linguística. Tal forma pode ser considerada um estereótipo da fala carioca e teve seu uso condenado desde os primórdios do telejornal (**MEMÓRIA GLOBO, 2004**). Em compensação, o aumento do apagamento pode estar relacionado com o processo de neutralização do /-r/, especialmente em posição final e em verbos no infinitivo, bem como a diminuição dos valores negativos atribuídos ao seu uso nesses contextos – haja vista a alta taxa de apagamento na fala culta carioca das décadas de 1970 e de 1990 (**CALLOU; MORAES; LEITE, 1998, 1996**).

É interessante notar que tanto no início (escalada), quanto no encerramento do jornal, parece haver um privilégio da variante aspirada, em detrimento das outras. Uma possível explicação seria que nesses momentos do jornal haveria uma maior tentativa de se conferir mais credibilidade e seriedade à fala. Evita-se, portanto, o uso de variantes mais marcadas, em detrimento de uma variante menos estereotipada. O comportamento diferente em determinados trechos do jornal pode ser interpretado como uma mudança relacionada ao modelo e à configuração do programa: nas partes sérias a fala deve ser séria. Ademais, tais diferenças podem, inclusive, ter relação com o tópico tratado. Apesar de não ter sido observada grande influência das editoriais sobre a fala de Bonner, a escalada do jornal, por exemplo, poderia ser considerada como um tópico específico, no qual se trata do que vai ser noticiado a seguir.

Tendo em vista os resultados observados, parece válido afirmar que o Projeto de Língua Falada teve impacto direto nas formas utilizadas por Bonner. Pode-se considerar a alteração súbita na realização do /-r/ após 2008 como um indício de que houve um processo explícito e consciente de modificação do modo de falar.

Os resultados da análise da variável /-r/, ainda assim, mantêm seu valor como retrato diacrônico de curta duração. Através desse retrato, pode-se inferir que está em andamento uma mudança nos significados sociais atribuídos às formas linguísticas utilizadas. Esses significados sociais, como o prestígio, não são inerentes às formas em si. Eles são mais diretamente relacionados aos sujeitos e às comunidades e, através de uma espécie de processo metonímico, passam a incidir sobre os usos linguísticos e sobre as práticas dos membros dessas comunidades, percebidas como diferentes (**LABOV, 2008 [1972], 1963**).

Considerando o prestígio do telejornal, e seu status como exemplo de fala padrão, não parece incorreto afirmar que ao modificar seus usos, o Jornal Nacional modifica os significados

sociais correspondentes a esses usos, bem como os significados das formas que poderiam ser utilizadas, mas não são. **Coupland (2007)** atenta para esse poder que as instituições midiáticas detêm.

O privilégio do uso de determinada forma em detrimento de outra indicaria uma tendência de mudança no padrão de língua visado pela emissora. Esses ideais linguísticos, por sua vez, podem ser considerados como elementos atuantes no processo padronizador. As atitudes linguísticas pautadas por esses ideais seriam responsáveis não só por modificar e estabelecer um padrão linguístico, mas também por modificar o discurso sobre as formas tidas como padrão e sobre o processo de padronização em si (Pagotto, comunicação pessoal). Esses discursos e formas – imbuídas de significado social – incidiriam, afinal, sobre a comunidade linguística e seus membros, impactando os usos e as idealizações (socio)linguísticas no cotidiano.

É interessante observar que as mudanças pleiteadas no jornal não têm como alvo primário as formas linguísticas, por si sós, mas os significados sociais que podem ser expressos por essas formas. O discurso do Projeto de Língua Falada não é em prol de um /-s/ “menos chiado” ou de consoantes mais articuladas, mas sim de telejornais mais “conversados” e “coloquiais” (**CASTILHO; GARCIA; ALMEIDA, 2015**).

Ao apontar uma direção conceitual, a direção de jornalismo lida com significados já estabelecidos, mas também produz novos significados. De certo modo, os telejornais parecem ocupar um lugar paradoxal no jogo linguístico. Ainda que sejam instâncias de poder reconhecido e que sirvam de baliza para a comunidade linguística, junto com o poder vem a necessidade de conservação do poder. No caso da imprensa, isso implica na importância do público, de quem é esperada uma contínua legitimação, garantindo credibilidade. Na televisão, essa credibilidade acaba por se refletir nos níveis de audiência, responsável por garantir retorno financeiro às emissoras (**BECKER; ALVES, 2015**). Portanto, a mídia televisiva mostra-se dependente do público, parcela da sociedade com uma voz menos audível, mas determinante na elaboração dos programas. Assim, o funcionamento televisivo pode ser visto como uma espécie de reflexo de forças sociais normalmente ocultas, que guiam a opinião pública e que se cristalizam nos comportamentos e práticas sociais. Hall (1977 apud **NOGUEIRA et al., 2010**) afirma que os meios de comunicação podem nos oferecer ideias nos permitem “captar, de forma coerente, a totalidade social composta por peças separadas e fragmentadas” (p. 39).

Observando-se o sentido das mudanças internas, portanto, tornam-se visíveis as pretensões da emissora em relação a uma norma padrão, no caso, algo mais próximo do português falado corriqueiramente. *A priori*, poderia ser visto com certa surpresa o fato de uma instância de prestígio estar em busca de um padrão mais próximo das variedades populares, diminuindo, de certo modo, a desigualdade linguística. No entanto, considerando o modelo comercial dos telejornais,

especialmente nos tempos atuais, em que o conteúdo televisivo disputa espaço com o conteúdo da internet e das redes sociais, podemos mais bem compreender essa estratégia.

Diferentemente do material televisivo, o conteúdo acessado nas redes sociais é muitas vezes produzido pelos pares dos destinatários, potencialmente ocupantes de um lugar hierarquicamente equivalente ao dos interlocutores. Com a disseminação e a abertura dos meios de comunicação, o sujeito passa a ter acesso a conteúdos mais especificamente relacionados com a sua realidade social. Além disso, esse material é muitas vezes elaborado utilizando formas mais familiares para o destinatário, similares às que ele mesmo utiliza fora dos espaços virtuais, no seu dia-a-dia.

Com a disseminação do acesso à internet (ITU, 2019), a distinção entre o que se tinha como comunicação informal e como comunicação formal parece se tornar menos clara (talvez mais complexa). Desse modo, a produção de conteúdo pelas instâncias historicamente bem posicionadas na hierarquia social – tanto no que diz respeito à credibilidade quanto ao poder de disseminação de informações – parece ser coagida a se adequar a um novo modelo. A ideia de uma fala telejornalística mais coloquial, expressa, ironicamente, uma espécie de contradição no eixo da formalidade. Considerando que a fala do jornal tende a ser entendida como uma variedade mais formal, talvez seja pertinente questionar se seria realmente possível que os telejornais utilizassem formas marcadamente menos formais, já que a adesão do jornal a essas formas teria como consequência, justamente, a mudança de seus significados sociais.

Podemos considerar, afinal, que o Projeto de Língua Falada nada mais é do que uma tentativa, por parte da mídia, de se manter atualizada em relação aos seus usos linguísticos. Uma possível interpretação seria a de que um processo de convergência linguística estaria em curso, aproximando as variedades tipicamente faladas em situações mais formais às variedades mais vernáculas. Entretanto, se levarmos em conta que os processos de variação e mudança fazem parte do sistema linguístico, é natural que as instâncias comunicadoras e padronizadoras também estejam sujeitas a essas forças.

A alteração na fala de Bonner após o Projeto de Língua Falada pode também não ser plenamente consciente, no que diz respeito às realizações de (-r) – apesar de ser claro ao apresentador que sua fala deva ser mais coloquial, considerando sua participação ativa no projeto. A mudança na fala de Bonner parece estar mais atrelada às modificações no modelo do telejornal. Assim, parece haver uma certa adequação da fala do apresentador a um ambiente menos formal e mais interativo.

Enquanto Bonner apresenta domínio de uma variedade específica do português brasileiro, o tal falar telejornalístico, que é relativamente restrito, o âncora também domina uma variedade menos rígida do português brasileiro, o que pode ser chamado de português falado culto.

Nesse sentido, as mudanças no telejornal não parecem caminhar para a produção de um falar telejornalístico modificado, mas sim para o aparecimento de um outro dialeto no JN, um português culto menos artificial, tão compreensível quanto o falar telejornalístico, mas com um significado social menos associado a uma formalidade, evitando uma imagem elitista e desconectada da realidade brasileira.

# Capítulo 5

## Conclusão

Enquanto uma nova geração passou da infância para a vida adulta, a presença do âncora e do JN na televisão brasileira permaneceu constante. Ao mesmo tempo que o programa e o âncora carregam um prestígio duradouro, desde antes mesmo do contato dos novos telespectadores com o telejornalismo, para fidelizar o público ao jornal, é necessário que se construa um vínculo mais forte com o espectador mais jovem. As mudanças na forma de apresentar o telejornal, ainda que possam incomodar a alguns espectadores de longa data, parecem necessárias para consolidar esses telespectadores que tenderiam a atribuir significados mais positivos aos usos linguísticos mais próximos dos utilizados em seu cotidiano.

O que estaria acontecendo com a fala de Bonner seria um processo de maior permissividade para a variação entre os dialetos dominados por ele. Como comunicador proeminente, porém, isso implica numa subversão dos valores que ele mesmo ajudou a construir.

No entanto, essas mudanças no estilo de apresentação e na fala do âncora, ainda que perceptíveis, são diluídas através dos anos e naturalizadas pela frequência diária dos jornais. Ainda que o contato com o telespectador seja de apenas cerca de meia hora diária, a ideia de estabilidade e de respeito que envolve o Jornal Nacional parece ajudar na sedimentação de ideias normativas, ainda que com um certo atraso.

Assim, a fala do jornal serviria ao pesquisador como um espelho retrovisor da mudança linguística, indicando possíveis processos de mudança, ainda que essas demorem mais para se estabelecerem no programa e que ocorram de maneira mais ponderada do que na fala cotidiana. De todo modo, observa-se uma sistematicidade na fala pública e monitorada, que é condizente com a sistematicidade observada nas variedades mais próximas do que se tem como vernáculo.

Sugere-se aqui, portanto, que a fala não-vernácula talvez possa ser considerada mais complexa, mas não menos sistemática que a fala vernácula, uma vez que a primeira, além de

estar sujeita aos processos que incidem sobre a segunda, também está sujeita a outros processos e funcionamentos. Esses processos podem estar atrelados, por exemplo, aos significados sociais relacionados à situação na qual a fala ocorre, os quais espera-se que o falante manipule de modo a projetar determinados efeitos. Outros processos podem ser internos ao sistema linguístico, podendo sofrer influência do funcionamento cognitivo, que, por um lado, permite ao falante transitar por diferentes “gramáticas” e usos linguísticos, mas por outro impõem limites à sua proficiência.

Quanto aos aspectos metodológicos desta pesquisa, as análises realizadas com dados de fala de um único indivíduo se mostraram frutíferas. O tamanho do corpus também se mostrou adequado para a realização das análises estatísticas, permitindo uma maior confiança nos resultados observados. Durante as análises multivariadas, todavia, certas dificuldades foram encontradas, pelo fato de a variável resposta ter sido analisada como categórica trinomial. Uma melhor abordagem estatística, no que diz respeito a esse tipo de análise, se mostra necessária em estudos futuros. Esse tipo de dificuldade pode ser vista como uma demonstração da importância dos conhecimentos estatísticos para o pesquisador variacionista.

A utilização de material previamente gravado se mostrou especialmente interessante para a análise em questão. O popular emprego da entrevista sociolinguística parece ser menos adequado para o estudo da variação intrafalante, já que a entrevista, de certo modo, onera o entrevistado, tanto num sentido mais objetivo, considerando o tempo necessário para a entrevista e o deslocamento do participante, quanto num sentido subjetivo, gerando cansaço no participante, exposto a uma situação pouco usual e, muitas vezes, desconfortável. Parece pouco intuitivo que, em busca de se eliciar a fala vernácula, supostamente típica do cotidiano, coloque-se o sujeito numa situação nada familiar. Nesse sentido, gravações feitas pelo próprio falante, frequentemente vinculadas a redes sociais pelos próprios usuários, parecem representar um interessante *locus* de pesquisa, ainda que se considerem outras dificuldades éticas, relacionadas ao conteúdo e à propriedade do material (OUSHIRO, no prelo).

De qualquer modo, os resultados aqui apresentados não se equiparam ao dados obtidos através de entrevistas sociolinguísticas. No entanto, vale ressaltar a importância dos estudos da fala pública, mais formal e monitorada, frequentemente desconsiderada. Os padrões nos usos linguísticos não deixam de emergir na fala não vernácula. As complicações introduzidas na análise da fala mais sujeita à modificação e às influências de fatores sociais diversos parecem poder ser contornadas através de uma melhor compreensão dessas forças e dos significados sociais determinantes para as práticas linguísticas e comportamentais.

No que diz respeito aos estudos do estilo, o tópico parece estar fortemente relacionado com a noção de indivíduo. Ainda que seja tido com reflexo ou eco da variação extra-falante e

mesmo que se admita que esse tipo de variação pode ocorrer fora do domínio da consciência do falante, parece recorrente a noção de que essa variação estaria mais condicionada por uma subjetividade individual, atrelada a uma certa volição – ainda que não plenamente definida – de projetar uma ou várias identidades e de impactar os interlocutores e a situação enunciativa.

De certo modo, a variação intrafalante é tratada como se estivesse mais diretamente ligada a uma esfera psicológica e individual do que a um nível social e comportamental. Apesar do consenso na área em considerar a variação como parte intrínseca da linguagem e até mesmo da comunicação humana como um todo, a variação estilística até pelo seu étimo parece transmitir a ideia de uma modulação opcional da fala e não necessariamente de um espaço onde, naturalmente, incidiria a variação linguística, tão categórica e fora do controle direto dos falantes quanto a variação interfalante.

Não só um mero reflexo da variação externa, talvez seja interessante reafirmar a variação intrafalante como parte do funcionamento social no qual se instaura a mudança linguística e a definição dos significados sociais. Seu principal domínio não seria um suposto indivíduo, ou mesmo um determinado sujeito, mas sim a sociedade.

Todo esse domínio de atribuição de sentido, de julgamento e de definição de atitudes em relação a determinados comportamentos é constituído em sociedade. A “decisão” de variar, ou a motivação, não seria, portanto, interna ao sujeito, visando ao mundo externo, mas completamente externa ao sujeito, já que esse domínio supostamente psicológico e decisivo com o qual formulamos nada mais é do que um efeito e uma consequência do convívio social e dos valores e significados que se constroem, e apenas podem ser construídos em sociedade.

Ainda que os processos nos quais esses fenômenos ocorrem sejam explícitos e visíveis, um sujeito, como componente dessa sociedade, não teria acesso total às causas de tais processos, bem como não teria a possibilidade de compreender plenamente os impactos desses processos na sua realidade. Nossa tentativa de afastamento e de objetividade, apesar de válida, não nos garante nenhum poder especial de ver a sociedade pelo lado de fora.

# Referências Bibliográficas

- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BARBOSA, P. Aspectos de produção e percepção de estilos de elocução profissionais e não profissionais em quatro línguas. In: jun. 2017. p. 43–60.
- BARBOSA, P.; BOULA DE MAREÛIL, P. Imitating Broadcast News Style: Commonalities and Differences Between French and Brazilian Professionals: 13th International Conference, PROPOR 2018, Canela, Brazil, September 24-26, 2018, Proceedings. In: jan. 2018. p. 419–428.
- BATISTA, M. C. Metodologias para análise de telejornais: a busca por métodos adequados para analisar noticiários locais. **Temática**, NAMID/UFPB, v. 7, 2015.
- BECKER, V.; ALVES, K. C. Análise da queda da audiência do Jornal Nacional e os impactos no telejornalismo. **Comunicação & Inovação**, v.16, n. 32, p. 87–102, 2015.
- BELL, A. Back in style: reworking audience design. In: BELL, A.; ECKERT, P.; RICKFORD, J. (Ed.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge University Press, 2002. cap. 9, p. 139–169.
- Hit and Miss: Referee Design in the Dialects of New Zealand Television Advertisements. **Language and Communication**, v. 12, p. 327–40, 1992.
- Language style as audience design. **Language in society**, v.13, n. 2, p. 145–204, 1984.
- BRESCANCINI, C.; MONARETTO, V. Os róticos no sul do Brasil: panorama e generalizações. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 11, n. 2, 2008.
- BRUGMAN, H.; RUSSEL, A. Annotating Multimedia/ Multi-modal resources with ELAN. **Proceedings of LREC 2004, Fourth International Conference on Language Resources and Evaluation.**, 2004.
- CALLOU, D.; MORAES, J.; LEITE, Y. Apagamento do R Final no Dialeto Carioca: um Estudo em Tempo Aparente e em Tempo Real. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 14, 1998.

- CALLOU, D.; MORAES, J.; LEITE, Y. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. **Gramática do português falado, vol VI**, Editora da Unicamp, Fapesp Campinas, p. 465–493, 1996.
- CALLOU, D.; SERRA, C.; CUNHA, C. Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do r no dialeto nordestino. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 1, 2015.
- CARDOSO, L. M.; CHINELATO, S. H.; COUTINHO, I. M. d. S. As mudanças na bancada do Jornal Nacional. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013.
- CASTILHO, A. T. de; GARCIA, M. T.; ALMEIDA, V. P. de. **A linguística e a mídia**. Texto apresentado no GEL 61., 2015.
- COUPLAND, N. **Style: Language Variation and Identity**. Cambridge University Press, 2007.
- DE LUCA, T. R. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. Unesp, 1998.
- DEPARTAMENTO DE CULTURA. **Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada**. São Paulo, 1938.
- ECKERT, P. The Meaning of Style. **Proceedings of the Eleventh Annual Symposium about Language and Society**, p. 41–53, 2003.
- FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- HARRINGTON, J. An acoustic analysis of happy-tensing in the Queen’s Christmas broadcasts. **Journal of Phonetics**, v. 34, p. 439–457, 2006.
- HARRINGTON, J.; PALETHORPE, S.; WATSON, C. Does the Queen speak the Queen’s English? **Nature**, v. 408, p. 927–8, dez. 2000.
- HAY, J.; JANNEDY, S.; MENDOZA-DENTON, N. Oprah and /ay/: Lexical Frequency, Referee Design, and Style. In: jan. 2010. p. 53–59.
- HORNIK, K. **R language and environment**. 2018. The Comprehensive R Archive Network. 2.1 What is R?
- ITU, I. **Individuals using the Internet (% of population) - Brazil**. 2019.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- The social motivation of a sound change. **Word**, v. 19, n. 3, p. 273–309, 1963.
- **The Social Stratification of English in New York City**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [1966].

- LADEFOGED, P.; MADDIESON, I. **The Sounds of the World's Languages**. 1. ed.: Blackwell, 1996.
- LENNEBERG, E. H. The biological foundations of language. **Hospital Practice**, Taylor & Francis, v. 2, n. 12, p. 59–67, 1967.
- LEVSHINA, N. **How to do Linguistics with R: Data exploration and statistical analysis**. John Benjamins, 2015.
- MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- MENDES, C. M. **O falar do Jornal Nacional: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica**. 2006. Diss. (Mestrado) – Universidade da Beira Interior (Portugal).
- MENDES, R. B.; OUSHIRO, L. Documentação do Projeto SP2010 Construção de uma amostra da fala paulistana., 2013.
- MERRIAM-WEBSTER. Merriam-Webster.com dictionary (online). In: 2020. Style.
- MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (online). In: Melhoramentos, 2015. Estilo.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Anais do I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. **Rio de Janeiro**, 1958.
- NOGUEIRA, C. M. A. et al. Significados sociais da variação estilística em esquetes de rádio. [Unicamp], 2010.
- OUSHIRO, L. Coleta de dados para pesquisas sociolinguísticas (em tempos de pandemia). In: ANAIS do XXXV Encontro Nacional da Anpoll. no prelo.
- **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2015.
- Metodologia de coleta e manipulação de dados em Sociolinguística. In: edição: Raquel Meister Ko Freitag. Blucher, 2014. Tratamento de dados com o R para análises sociolinguísticas.
- **silac: Transcritor fonológico do português**. 2018.
- OUSHIRO, L.; MENDES, R. B. A pronúncia de (–r) em coda silábica no português paulistano. **Revista do GEL**, v. 8, n. 2, p. 66–95, 2013.
- PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. **Línguas e Instrumentos linguísticos**, v. 2, p. 49–68, 1998.

PAGOTTO, E.; DUARTE, M. E. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. **A Norma Brasileira em Construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século**, v. 19, p. 67–82, 2005.

R CORE TEAM. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. Vienna, Austria, 2020.

RODRIGUES, A. D. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: LINGUÍSTICA da Norma. Edições Loyola, 2002 [1968].

SCHILLING, N. Investigating Stylistic Variation. In: CHAMBERS, J.; SCHILLING, N. (Ed.). **The Handbook of Language Variation and Change**. John Wiley & Sons, 2013. cap. 15, p. 327–349.

SCHWINDT, L. C.; CHAVES, R. G. Convergência de processos no apagamento de /r/ em português e espanhol. **Linguística**, v. 35, p. 129–147, 2019.

SCHWINDT, L. C. d. S. Um output, dois processos. **Revista da ABRALIN. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 14, n. 1 (jan./jun. 2015), p.[551]-568**, 2015.

SERPA, É. Congresso da Língua Nacional Cantada de 1937: a insensatez maravilhosa da militarização das vogais. Nacionalismo Raça e Língua. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 03, p. 71–86, 2001.

SERRA, C.; CALLOU, D. A interrelação de fenômenos segmentais e prosódicos: confrontando três comunidades. **Textos selecionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, p. 585–594, 2013.

TAKAHASHI, H. Language Norms/Sprachnorm. In: **SOCIOLINGUISTICS: An International Handbook of the Science of Language and Society**. Walter de Gruyter, 2006. v. 1.

VELDE, H.; HOUT, R. 'r-atics. **Sociolinguistic, phonetic and phonological characteristics of /r**. 2001.

WELLS, J. C. Whatever happened to received pronunciation. In: **SERVICIO DE PUBLICACIONES. II Jornadas de estudios ingleses**. 1997. p. 19–28.